



Instituto Politécnico de Santarém

Escola Superior de Gestão e Tecnologia

O Impacto Social da Corrida Montepio nas Instituições Beneficiárias

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Organizações de Economia Social

Odete Maria Henoque Oliveira

Orientador:

Professor Doutor Pedro Oliveira

2021, Novembro

Agradecimentos

A minha chegada e permanência no Mestrado de Gestão de Organizações de Economia Social, deve-se inteiramente à Associação Mutualista Montepio, Instituição a que estou muito grata pela oportunidade.

Fui feliz na edição do Mestrado em que ingressei, pelos amigos e companheiros que este me proporcionou, por podermos partilhar momentos de conhecimento e aprendizagem e igualmente momentos de descontração.

O regresso à Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém, 13 anos depois, fez-se de alguns reencontros com docentes que me tinham acompanhado na Licenciatura, tenho de fazer um reconhecimento especial à Professora Ana Costa por toda a sua amizade.

Agradeço a todos os Professores do Mestrado a sua disponibilidade e em especial ao caríssimo Professor Pedro Oliveira enquanto orientador desta Dissertação o seu apoio e ajuda para trilhar o caminho.

Sou grata a todas as Instituições que contactei no âmbito da presente investigação pela disponibilidade em participar na mesma. À Dr.^a Maria Angélica Aires por desde o primeiro contacto ter abraçado a ideia e pelo entusiasmo com que vive o seu trabalho na Fundação Montepio.

Um agradecimento especial à minha família pelo apoio e pelo acreditar que sim, eu conseguiria. Aos amigos a quem privei da minha presença por reconhecer a minha obrigação em terminar o Mestrado, as minhas desculpas e o meu obrigada pelo incentivo.

Nestes três anos, sempre que vacilei, foi à minha Estrelinha que fui buscar forças para seguir em frente.

Gratidão!

Resumo

Com o seu início em 2013 e continuidade até 2019, o Projeto Corrida Montepio aliou a promoção da atividade física à solidariedade de uma forma ímpar em Portugal. Um projeto pioneiro em que os valores das inscrições nas provas reverteram integralmente a favor das Instituições escolhidas para cada edição, resultando na entrega de donativos a sete Instituições da economia social.

A presente investigação tem como objetivo perceber o impacto social gerado pela atribuição dos donativos do Projeto Corrida Montepio através dos projetos apoiados.

Com o objetivo de responder à pergunta de partida “*Qual o Impacto Social da Corrida Montepio Junto das Instituições Apoiadas?*”, a investigação recorre a estudos de caso baseados nas Instituições e projetos envolvidos no Projeto Corrida Montepio a partir de análise documental e realização de entrevistas aos responsáveis de cada projeto, incluindo a responsável do Projeto Corrida Montepio, na Associação Mutualista. As entrevistas tiveram como fio condutor o projeto de cada Instituição, a existência à priori do donativo, as repostas sociais beneficiadas e a forma como o benefício gerado pela Corrida Montepio impulsionou os resultados de cada projeto.

Com o objetivo de perceber o contributo do donativo da Corrida Montepio foi efetuada análise empírica com base na Teoria da Mudança em cada projeto, visando conhecer como os recursos (*inputs*) e as atividades geraram efeitos diretos (*outputs*) e indiretos (*outcomes*) a ponto de gerar impacto social no longo prazo.

Palavras-chave: Economia Social; Economia Solidária; Impacto Social; Teoria da Mudança.

Abstract

The Montepio Corrida Project started in 2013 and continued until 2019 combining the promotion of physical activity with solidarity in a unique way, in Portugal. A pioneering project, in which the values of the enrollments in the tests were fully transferred to the institutions chosen for each edition, concluded with the delivery of donations to seven social economy institutions.

The present investigation aims to perceive the existence of social impact generated by the assignment of donations from the Montepio Race Project, through the supported projects.

In order to answer the starting question “What is the Social Impact of the Montepio Race with the Supported Institutions?”, the investigation uses case studies based on the Institutions and projects involved in the Montepio Race Project, based on document analysis and interviews with those responsible for each project, including the person in charge for the Montepio Corrida Project, at Mutualist Association.

Interviews were conducted with those responsible for each project, including the person in charge of the Montepio Corrida Project at the Mutualist Association. The statements were guided by the project, of each institution as well as its existence before the donation, the benefited social responses, and the way in which the benefit generated by the Montepio Corrida Project boosted the results of each project.

In order to perceive the contribution of the Montepio Race donation, an empirical analysis was carried out through the Theory of Change in each project, aiming to know how resources (inputs) and activities generated direct (outputs) and indirect (outcomes) effects to the point of generating long-term social impact.

Keywords: Social Economy; Solidarity Economy; Social Impact; Theory of Change.

Índice	
Agradecimentos	II
Resumo	III
Abstract	IV
Índice	V
Índice de Quadros	VII
Índice de Figuras	VIII
Lista de Siglas	IX
Introdução	1
I - Desenho da Investigação	1
II - Objetivo e Questão da Investigação	3
III - Estrutura da Dissertação	4
Capítulo I - Enquadramento Conceptual e Institucional	5
1. Economia Social	5
1.1 Lei de Bases da Economia Social	11
1.2 Conta Satélite da Economia Social	18
2. Economia Solidária	21
2.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	24
3. Impacto Social	25
3.1 Avaliação do Impacto Social	27
3.1.1 A Teoria da Mudança	32
3.1.2 Social Return on Investment (SROI)	35
4. Eventos Desportivos	37
4.1 Eventos Desportivos com Causas Sociais	39
Capítulo II – Estudos de Caso – Associação Mutualista Montepio e as Instituições Beneficiárias do Projeto a “Corrida Montepio”	41
1. Associação Mutualista Montepio	41
1.1 Fundação Montepio	43

2. Instituições Beneficiárias	45
3. Metodologia	52
3.1 Estudo de Caso	54
3.2 Entrevista	55
4. Resultados	56
4.1 O Projeto Corrida Montepio	56
4.1.1 O Projeto Corrida Montepio segundo a Associação Mutualista Montepio	57
4.1.2 O Projeto Corrida Montepio segundo as Instituições Beneficiárias	59
4.2 Aplicação da Teoria da Mudança	68
4.3 Social Return on Investment (SROI)	75
Considerações Finais	76
I - Limitações à Investigação	76
II - Conclusões	78
Referências Bibliográficas	81
Anexo 1 – As 26 tarefas que compõem a avaliação de impactos sociais	88
Anexo 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável vs Objetivos Estratégicos do Grupo Montepio	89
Anexo 3 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável vs Objetivos Estratégicos do Grupo Montepio	90
Anexo 4 - Questões A.M.M.	91
Anexo 5 - Questões Instituições	91

Índice de Quadros

Quadro 1: Reconhecimento do conceito de Economia Social na União Europeia.....	9
Quadro 2: Principais Resultados da Conta Satélite da Economia Social (CSES)	20
Quadro 3: Distribuição dos principais indicadores por grupos de entidades em 2016	21
Quadro 4: Prática de Atletismo em Portugal	38
Quadro 5: Vencedores Corrida Montepio	39
Quadro 6: Eventos de Corrida com Causas Sociais	39

Índice de Figuras

Figura 1: Distribuição das entidades da economia social, por município (2018).....	10
Figura 2: Principais 5 utilizadores, beneficiários ou clientes das entidades de economia social (2018).....	11
Figura 3: Principais 5 utilizadores, beneficiários ou clientes das Cooperativas (2018).....	13
Figura 4: Principais 5 utilizadores, beneficiários ou clientes das Associações Mutualistas (2018)	14
Figura 5: Principais 5 utilizadores, beneficiários ou clientes das Misericórdias (2018)	15
Figura 6: Principais 5 utilizadores, beneficiários ou clientes das Fundações (2018).....	16
Figura 7: Peso das IPSS, nos grupos de entidades da economia social	18
Figura 8: Distribuição das unidades por grupos de entidades	19
Figura 9: As duas dimensões da economia solidária.....	23
Figura 10: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	24
Figura 11: Fases da Avaliação de Impacto Social	28
Figura 12: A avaliação de impacto social.....	30
Figura 13: Passos da Avaliação de Impacto Social.....	31
Figura 14: A Teoria da Mudança.....	33
Figura 15: Teoria da Mudança - Portugal Mais Feliz	70
Figura 16: Teoria da Mudança - Prioridade às Crianças	71
Figura 17: Teoria da Mudança - Projeto abem: Rede Solidária do Medicamento	72
Figura 18: Teoria da Mudança - Comunidade de Inserção da Tomada.....	73
Figura 19: Teoria da Mudança - Corrida Montepio	74

Lista de Siglas

ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal

ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas

AIAIS – Associação Internacional de Avaliação de Impactos Sociais

AMM – Associação Mutualista Montepio

ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CRP – Constituição da República Portuguesa

CSES – Conta Satélite da Economia Social

CVP – Cruz Vermelha Portuguesa

DL – Decreto de Lei

ES – Economia Social

ETC – Equivalente a tempo completo

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

LBES – Lei de Bases da Economia Social

LPCC – Liga Portuguesa Contra o Cancro

OBESP – Observatório da Economia Social em Portugal

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

RedPES – Rede Portuguesa de Economia Solidária

SROI – *Social Return on Investment* (Retorno Social do Investimento)

UNRISD – *United Nations Research Institute for Social Development* (Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social)

VAB – Valor Acrescentado Bruto

Introdução

I - Desenho da Investigação

O tema da presente investigação foi escolhido pelo apreço sentido pela autora quanto à Associação Mutualista Montepio (A.M.M.) e ao evento da “Corrida Montepio”, considerando a ligação que o mesmo permite entre a vertente solidária, no apoio a Instituições de solidariedade social de referência no panorama nacional, e o desporto criando um evento com um colorido muito especial.

Sob o lema “Corremos uns pelos outros” a A.M.M. convidou, nos últimos sete anos, a sociedade civil a participar em eventos de promoção da atividade física, caminhadas, corridas, e corridas para crianças, cujos valores de inscrição revertiam integralmente para a Instituição apoiada em cada edição.

Aferiu-se que, até à data, ainda não foi efetuada nenhuma análise pela entidade promotora do evento quanto ao impacto social dos donativos gerados pelas sete edições do evento junto das Instituições e dos projetos apoiados em algumas das edições. Enquanto percutora dos valores da economia social a entidade promotora do evento estabelece um contacto regular com as Instituições visadas pelas edições da Corrida Montepio, acompanhando as necessidades com que estas e os seus projetos se vão deparando.

No período entre 2013 e 2019 o evento “A Corrida Montepio” gerou a entrega de €334.500 às Instituições designadas como beneficiárias de cada uma das edições. Considerando o compromisso gerado entre a A.M.M. e a sociedade civil com a afetação dos valores das inscrições às Instituições e projetos designados é pertinente questionar: Qual o impacto social da Corrida Montepio?

Pretende-se estudar de forma assertiva e com espírito crítico:

- o modo como as Instituições e os projetos integraram o conjunto dos beneficiários da Corrida Montepio;
- a importância da sua ação e intervenção junto das comunidades que delas beneficiam;

- e a forma como o benefício atribuído pela Corrida impactou na atividade das Instituições e nos projetos.

A pretensão não é a ingerência na vida das Instituições quanto à afetação da verba monetária recebida, mas antes uma avaliação global dos benefícios gerados na Instituição beneficiária e no projeto com o valor monetário recebido. Assim, tentou-se aferir junto de cada uma das Instituições:

- I. Quais foram as respostas sociais que beneficiaram deste projeto?
- II. Qual o número de utentes, clientes ou beneficiários que viram as suas necessidades satisfeitas?
- III. De que forma as partes interessadas (ou *stakeholders*) envolvidos potenciaram o impacto social?
- IV. Quais as mudanças sociais produzidas no bem-estar dos “clientes” da Instituição?

As quatro questões instrumentais que acabamos de elencar inspiram-se na afirmação do presidente da Animar:

“Medir o impacto é cada vez mais uma exigência associada a processos de avaliação, nomeadamente aqueles que resultam de iniciativas de investimento social. A importância da análise do retorno do investimento, nomeadamente nos projetos reconhecidos de inovação social que preconizam novas respostas e/ou mais eficazes para novos e velhos problemas sociais, é elementar para a melhoria da eficiência e eficácia na utilização dos recursos disponíveis” (Domingues, 2020: 96).

É objetivo da autora apresentar o presente estudo à A.M.M como a primeira análise efetuada ao Projeto Corrida Montepio que procurará de um modo simples conhecer a organização do Projeto, as Instituições e projetos beneficiários, as expectativas geradas com os donativos entregues em cada uma das edições, e avaliar através da Teoria da Mudança e do *Social Return on Investment* (SROI) o impacto social gerado. Não sendo um fim em si mesma a avaliação do impacto social gerado pelos donativos atribuídos deve sempre que possível permitir conhecer as Instituições, os projetos e o processo evolutivo que o donativo lhe proporcionou.

Sem visar juízos de valor pretende-se que o presente estudo seja um elemento aglutinador das primeiras 7 edições do Projeto Corrida Montepio e que permita perceber onde é que as Instituições e os projetos se encontravam antes do donativo e qual o impacto social que o mesmo lhes proporcionou.

II - Objetivo e Questão da Investigação

Os 180 anos que a A.M.M. completou em 4 de outubro de 2020 não revelam apenas a sua longevidade. São igualmente reveladores da sua resiliência e capacidade de mudança e transformação perante as adversidades que ultrapassou em quase dois séculos de existência.

A A.M.M. é uma das Instituições porta-estandarte da Economia Social em Portugal e na Europa, afirma e dá voz de um modo singular a novos projetos sociais. É a Fundação Montepio a promotora de projetos sociais como a frota solidária, o prémio voluntariado jovem e a FACES-Financiamento e Apoio para o Combate à Exclusão Social.

Segundo Maia (2020: 85):

“O setor da economia social representa, por si próprio, um importante agente no que respeita à criação de empregos, produção de riqueza e resposta às dificuldades de inserção sócio laboral, demonstrando assim a sua dupla capacidade de promover a inclusão social – via serviços prestados à comunidade e de criar emprego.”

Pitacas (2020: 19) considera que:

“Na sua pluralidade e diversidade, a economia social é um lugar de encontro onde se entrelaçam o económico com o social, o empreendedorismo com a cidadania, o coletivo com o individual, a tradição com a modernidade, o passado com o futuro.”

A solidariedade está cada vez mais presente em eventos ligados à atividade física e à promoção da saúde, seja através de donativos em dinheiro, recolha de bens alimentares, entrega de tampinhas, contando em paralelo com uma crescente adesão de atletas profissionais e amadores.

A A.M.M. enquanto entidade da economia social promove o evento “Corrida Montepio” como um apelo à solidariedade da sociedade civil, com vista a uma sociedade mais humanista.

Pela ligação da autora desta dissertação à entidade promotora do evento e à prática da corrida, de modo amador, e por não ter sido ainda efetuada esta avaliação considera-se pertinente aferir junto da A.M.M. qual a expectativa quanto ao impacto social a gerar e compreender em que se traduziu para cada um dos projetos o donativo entregue em cada edição.

Face ao exposto a questão central da presente investigação é:

Qual o Impacto Social da Corrida Montepio Junto das Instituições Apoiadas?

III - Estrutura da Dissertação

A presente dissertação encontra-se estruturada em dois capítulos principais, com o intuito de dividir o enquadramento conceptual e a análise metodológica.

O primeiro capítulo procura efetuar o enquadramento teórico dos conceitos de economia social, com as respetivas entidades, a Lei de Bases da Economia Social (LBES) e a Conta Satélite da Economia Social (CASES). Aborda o conceito da economia solidária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Impacto Social e as suas formas de avaliação, nomeadamente a Teoria da Mudança e o *Social Return on Investment* (SROI). O capítulo termina com a abordagem aos eventos desportivos que apoiam causas solidárias.

No segundo capítulo são apresentadas as Instituições que estiveram envolvidas no Projeto da Corrida Montepio, esta apresentação visa dar a conhecer as oito Instituições, a A.M.M. e as sete Instituições que foram beneficiárias do projeto “Corrida Montepio”, bem como os projetos a apoiar, sempre que estes existiram.

Seguidamente são apresentadas as respostas proporcionadas pelas Instituições quanto ao projeto Corrida Montepio e o seu contributo para a Instituição e/ ou para o projeto a apoiar.

A investigação tem como universo as oito Instituições, com o objetivo de responder à pergunta de partida: “Qual o Impacto Social da Corrida Montepio através das Instituições Apoiadas?”

Poderemos estar apenas perante a aplicação da verba monetária na Instituição no seu todo e nos projetos designados. Podemos ter Instituições ou projetos em que o apoio gerou a criação de mais postos de trabalho, a capacitação da Instituição para receber mais utentes, uma maior sinergia com a comunidade, o desenvolvimento de novos projetos.

Inclui-se na análise a entidade que criou e promoveu o evento com o objetivo de avaliar as expectativas desta Instituição quanto projeto no seu todo e em cada uma das Instituições apoiadas.

A correta e concreta definição da pergunta de partida permitirá a definição das hipóteses de investigação. “Uma hipótese é uma resposta provisória a uma pergunta.” (Quivy 1995: 120), daí a necessidade de testar as hipóteses, com base na confrontação dos dados.

As hipóteses de estudo a considerar serão:

- ✓ Hipótese 1: O donativo gerou impacto social na Instituição beneficiária.
- ✓ Hipótese 2: O donativo gerou impacto social apenas no projeto da Instituição beneficiária.

Capítulo I - Enquadramento Conceptual e Institucional

O primeiro Capítulo pretende estabelecer o enquadramento concetual e institucional dos temas em análise na presente dissertação. Serão, pois, discutidos os conceitos da economia social e economia solidária, impacto social e a sua avaliação, com base em instrumentos definidos de medição. É igualmente abordado o crescimento dos eventos de corrida e da crescente importância das causas sociais nos mesmos.

1. Economia Social

Uma das definições de Economia Social propostas pelo Observatório da Economia Social Portuguesa (OBESP):

“As organizações de economia social terão de ser associações livres de pessoas que levem a cabo ações que reforçam a coesão social, principalmente por via da criação de emprego. Para além disso, estas organizações devem ter uma atividade suportada na exploração de diferentes recursos, sejam eles a venda de bens e serviços, o voluntariado, os donativos ou as subvenções governamentais. Estas organizações não poderão também esquecer que terão de satisfazer as solidariedades de proximidade, bem como de fomentar a democracia e a participação dos diferentes agentes.” (OBESP, 2011).

A Economia Social é vista como uma economia sem iniciativa capitalista, que remete para a rentabilidade social e não apenas para o aspeto económico das atividades. Esta rentabilidade avalia-se pela contribuição dada por essas atividades para o desenvolvimento democrático e para a cidadania ativa. A rentabilidade social contribui para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das comunidades através da oferta de um maior número de serviços e da criação de emprego. Contribui para diminuir as desigualdades e integrar as comunidades e apela à participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão.

O Manual para a elaboração das contas satélite das empresas da economia social (cooperativas e mutualidades), define economia social como:

“Conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado, fornecendo bens e serviços (...). A economia social também inclui empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, que prestam serviços de «não mercado» a agregados familiares e cujos eventuais excedentes realizados não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criam, controlam ou financiam.” (Comité Económico e Social Europeu pelo CIRIEC, 2007, p. 9).

O setor da economia social faz a ponte entre os setores público e privado permitindo o desenvolvimento de soluções inovadoras e simultaneamente sustentadas, que respeitam os princípios da solidariedade social, como resposta a problemas e questões que os outros setores não conseguem responder de forma isolada (CASES).

A Carta de princípios da Economia Social da Social (2011: p. 3) estabelece como princípios orientadores da economia social:

- Primazia das pessoas e do fim social sobre o capital;

- Satisfação das necessidades e interesses dos seus membros e/ou a busca do interesse geral;
- Independência relativamente aos poderes políticos;
- Gestão autónoma e transparente, democrática e participativa, com ou sem objetivo do lucro;
- Aplicação dos excedentes ou de grande parte dos mesmos no objeto social das entidades e nos seus sócios;
- Compromisso com o desenvolvimento local, a coesão social e a sustentabilidade;
- Promover a solidariedade interna e com a sociedade.

O conceito de economia remete para a produção, consumo e distribuição de bens e serviços. Nas sociedades industriais e pós-industriais a empresa é a sua principal organização, que tem como finalidade o lucro, é a economia que contribui para o aumento da riqueza coletiva, “a economia social define-se por um intervalo entre o Estado e o mercado, quer no sentido da concretização das ações que o Estado não pode resolver, quer no daquelas que a economia privada não vislumbra interesses lucrativos para a sua realização” (Caeiro, 2008: p. 64).

Segundo Pereirinha a expressão Economia Social:

“Denota a finalidade social da sua atividade e uma racionalidade própria dos agentes: a ausência da finalidade de lucro na sua atuação, a preocupação pela procura não solvente, de satisfação de necessidades sociais onde se localizam também as que não são satisfeitas por produção de natureza mercantil”. (Pereirinha, 2003, p. 234)

É na coesão social, no emprego, fortalecimento do tecido económico, no reforço da democracia, inovação social e desenvolvimento local em que mais se denota o contributo da economia social.

O Parlamento Europeu através da sua Resolução de 19 de Fevereiro de 2009 sobre a economia social:

“Sublinha que a economia social, ao aliar rentabilidade e solidariedade, desempenha um papel essencial na economia europeia, criando empregos de elevada qualidade, reforçando a coesão social, económica e regional, gerando capital social, promovendo a cidadania ativa, a solidariedade e um tipo de

economia com valores democráticos que põe as pessoas em primeiro lugar, para além de apoiar o desenvolvimento sustentável e a inovação social, ambiental e tecnológica.” (Resolução 19 de Fevereiro de 2009, publicada no Jornal Oficial da União Europeia, 25-03-2010, C 76 E/19).

A Resolução do Parlamento Europeu 2010/C 76 E/04 sobre a economia social teve em linha de conta diversos diplomas referentes às diversas áreas da economia social, cooperativismo, políticas de emprego, inclusão social, voluntariado, na sua elaboração e reconhece:

- O conceito de economia social;
- A necessidade de reconhecer a nível europeu os Estatutos das Instituições da Economia Social;
- A importância da elaboração de estatísticas nacionais referentes ao sector;
- Que os atores da economia social devem ser integrados na concertação social e no diálogo social estabelecido na U. E.

A Resolução do Parlamento Europeu de 19 de Fevereiro de 2009, sobre a Economia Social considera que:

“A economia social coloca em evidência um modelo de empresa que não pode ser caracterizado nem pela dimensão, nem pelos sectores de atividade, mas sim pelo respeito de valores comuns, nomeadamente a primazia da democracia, a participação dos parceiros sociais, os objetivos sociais sobre o lucro pessoal; a defesa e implementação dos princípios da solidariedade e da responsabilidade; a conjugação dos interesses dos membros utilizadores com o interesse geral; o controlo democrático pelos membros; a adesão livre e voluntária; a autonomia de gestão e a independência relativamente aos poderes públicos; a mobilização do essencial dos excedentes à consecução de objetivos de desenvolvimento sustentável e o serviço prestado aos seus membros de acordo com o interesse geral”. (Resolução 19 de Fevereiro de 2009, publicada no Jornal Oficial da União Europeia, 25-03-2010, C 76 E/19).

Os tratados de constituição da União Europeia (Tratados de Roma e de Maastricht) não incluem de forma explícita o conceito de economia social, e a base jurídica referente à economia social também não é alargada, o que provoca a aplicação de forma menos correta de termos como o terceiro sector e sociedade civil, (Comité Económico e Social Europeu, 2006: p. 39).

O Comité Económico e Social (2006, 133) identifica os Estados Membros que reconhecem o sector social e dispõem de legislação e políticas próprias. Esse reconhecimento é efetuado de três formas:

- Reconhecimento pelas autoridades públicas relativamente às organizações de economia social;
- Reconhecimento da liberdade de atuação em qualquer sector económico e social;
- Reconhecimento da economia social enquanto entidade essencial à aplicação das políticas públicas.

O reconhecimento do conceito de economia social nos países da União Europeia não é homogéneo, são notórias as discrepâncias quanto ao desenvolvimento e aplicação de políticas relativamente ao sector e inclusive o reconhecimento e enquadramento do setor ao nível legislativo. Portugal e Espanha são dois dos países Europeus em que o conceito de economia social é amplamente reconhecido, (Quadro 1).

Quadro 1: Reconhecimento do conceito de Economia Social na União Europeia

Países em que o conceito de economia social é amplamente reconhecido.
Espanha, França, Portugal, Bélgica e Luxemburgo.
Nos meios científico e académico destes países o conceito de economia social tem a devida projeção. Espanha aprovou, em 2011, a primeira lei europeia quanto à economia social.
Países em que o conceito de economia social goza de um nível de reconhecimento moderado.
Itália, Chipre, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Letónia, Malta, Polónia, Reino Unido, Bulgária, Grécia, Hungria, Irlanda, Roménia e Eslovénia.
O conceito de economia social, sector sem fins lucrativos, voluntariado, confundem-se nestes países.
Países em que o reconhecimento do conceito de economia social é reduzido ou inexistente.
Áustria, República Checa, Estónia, Alemanha, Letónia, Lituânia, Malta, Países Baixos, Eslováquia e Croácia.
São os sectores sem fins lucrativos, do voluntariado e das organizações não governamentais que têm reconhecimento nestes países.

Fonte: *Evolução recente da economia social na União Europeia*, Comité Económico e Social

Europeu, 2017, p. 13

A economia social tem conquistado a sua posição na União Europeia, e hoje é perceptível a sua inclusão no Modelo Social Europeu, sendo considerada *polo de utilidade social*, com um lugar consolidado entre a economia capitalista e o sector público, (Comité Económico e Social Europeu, 2006: p. 41).

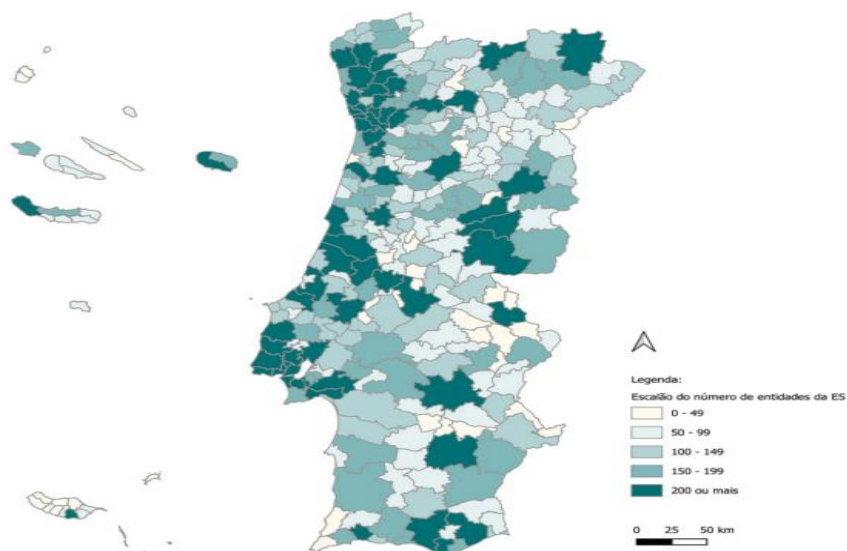
A Constituição da República Portuguesa (CRP) começou por considerar, em 1976, apenas o setor cooperativo. Na revisão de 1989 incluiu os subsectores autogestionário e comunitário e em 1997 passou a incluir o setor social (art.º 82, n.º 4, alínea d da CRP).

Em 2009 é criada a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) que substitui o Instituto António Sérgio para o Setor Cooperativo (INSCOOP), com o objetivo de fortalecer o setor da economia social e promover uma maior cooperação com o estado promovendo as Instituições.

A Lei de Bases da Economia Social entra em vigor em 2013 permitindo, a partir das disposições na CRP, reconhecer o conceito de economia social e estabelecer as bases jurídicas para a atuação do setor.

As entidades da Economia Social estão distribuídas por todos os concelhos de Portugal, (Figura 1). Existe uma maior concentração daquelas em concelhos com maior índice populacional, como é o caso de Lisboa e do Porto.

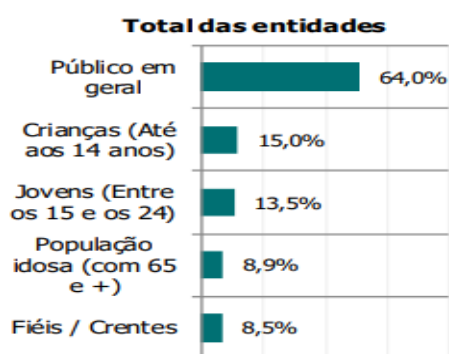
Figura 1: Distribuição das entidades da economia social, por município (2018)



Fonte: Inquérito ao Setor da Economia Social 2018

De uma forma global as entidades da Economia Social identificam como o seu principal beneficiário, utilizador ou cliente, o público em geral, esta distribuição tem alterações quando observamos as diversas entidades de modo individual, (Figura 2).

Figura 2: Principais 5 utilizadores, beneficiários ou clientes das entidades de economia social (2018).



Fonte: Inquérito ao Setor da Economia Social 2018

1.1 Lei de Bases da Economia Social¹

A Lei de Bases da Economia Social (LBES), em vigor, foi publicada em 8 de maio de 2013, após aprovação por unanimidade na Assembleia da República, e tem como finalidade criar uma base jurídico legal específica para o sector da economia social, em Portugal.

Nos seus Artigos 1º e 4º são definidos o seu objeto e as entidades da economia social:

Artigo 1.º Objeto

A presente lei estabelece, no desenvolvimento do disposto na Constituição quanto ao sector cooperativo e social, as bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins que lhe são próprios.

Artigo 4.º Entidades da economia social.

Integram a economia social as seguintes entidades, desde que abrangidas pelo ordenamento jurídico português:

- a) As cooperativas;*

¹ Lei n.º 30/2013 de 8 de Maio de 2013.

- b) As associações mutualistas;*
- c) As misericórdias;*
- d) As fundações;*
- e) As instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores;*
- f) As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;*
- g) As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social;*
- h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da presente lei e constem da base de dados da economia social.*

Das entidades que integram a Economia Social vamos destacar as cinco primeiras identificadas no Artigo 4º da LBES, de seguida procede-se à explanação de alguns conceitos:

Cooperativas: “estas representam a parte que mais aproxima a economia social do sector privado clássico”, Caeiro, 2008: 69. São Instituições com uma personalidade e enquadramento jurídico próprios que têm como finalidade desenvolver económica e socialmente as comunidades em que estão inseridas, recorrendo a recursos da própria comunidade, com forte incidência na mão de obra.

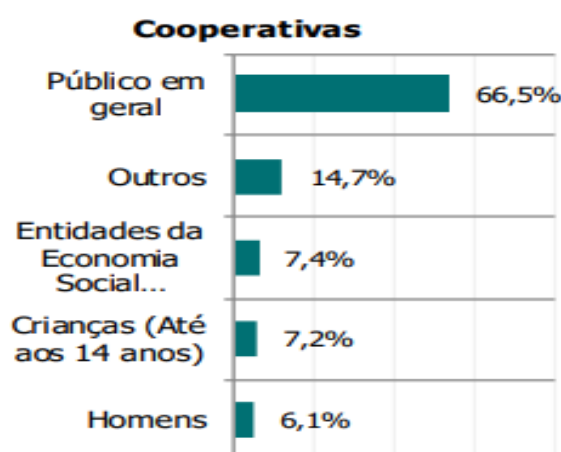
No âmbito da atribuição do prémio Pepe Miguel a José Luis Monzón (em reconhecimento da sua trajetória no fomento e investigação do cooperativismo e da economia social) o autor referiu que falar de cooperativismo, mais que números, “é falar de liberdade, de democracia política e económica, de transformação da sociedade através da diversidade”, (Jornal de Negócios, 11/03/2020).

O Código Cooperativo foi publicado em Agosto de 2015, Lei n.º 119/2015, estabelece no seu Artigo 1º que: *As cooperativas são pessoas coletivas autónomas, de livre*

constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreaajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles.

O principal utilizador das Cooperativas, ou beneficiário dos seus serviços, é o público em geral. A percentagem é superior à globalidade das entidades de economia social, (Figura3).

Figura 3: Principais 5 utilizadores, beneficiários ou clientes das Cooperativas (2018)



Fonte: Inquérito ao Setor da Economia Social 2018

Mutualidades: “Associação que assenta nos princípios de ajuda recíproca entre os seus membros e de contribuição coletiva para benefício de cada um dos membros.”² Enquanto sistema privado de proteção social visa a proteção dos seus membros e dos seus familiares, que na ausência daqueles ficariam numa situação económica difícil, que poderia levar inclusive à sua exclusão social.

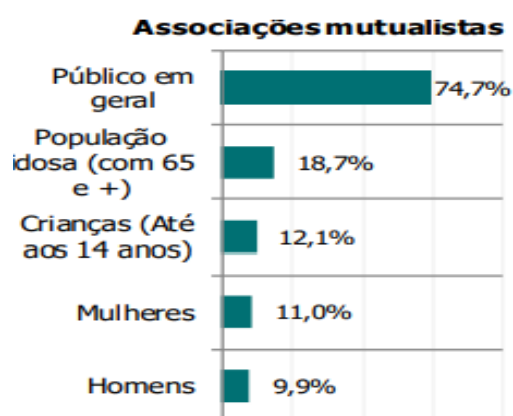
O Código das Associações Mutualistas que entrou em vigor em 2018, DL 58/2018 de 2 de agosto) atribui como fim fundamental àquelas entidades a concessão de benefícios de segurança social e saúde aos seus associados e familiares.

² Definição obtida da descrição on-line: <https://dicionario.priberam.org/mutualidade> [consultado em 13-05-2020]

Carlos Pereira da Silva (2017), com o artigo Europa das Mutualidades identifica dois desafios para o mutualismo, a falta de reconhecimento dos estatutos referentes à área fora dos países em que foram criados e o constante esquecimento da U. E. para com o mutualismo. Não obstante estas dificuldades a principal será o envelhecimento da população, que pode colocar em causa a sustentabilidade destes modelos no médio prazo.

As Associações Mutualistas são as entidades da economia social que mais beneficiários ou utilizadores concentram no público em geral, 74,7%, como se apresenta na Figura 4.

Figura 4: Principais 5 utilizadores, beneficiários ou clientes das Associações Mutualistas (2018)



Fonte: Inquérito ao Setor da Economia Social 2018

Misericórdias: remete ao conceito de Irmandade. A Misericórdia de Lisboa foi instituída em 1498 pela Rainha D. Leonor capacitando-a para gerir administrativamente os hospitais, que se encontravam até essa data sob a égide de Instituições Religiosas. Enquanto entidade da economia social mais antiga em Portugal as Misericórdias continuam a inspirar a criação de novas irmandades que seguem as 14 obras de Misericórdia.

As Misericórdias têm as suas respostas sociais na área da saúde com hospitais e unidade de cuidados continuados, apoio a crianças, idosos e outras pessoas socialmente dependentes.

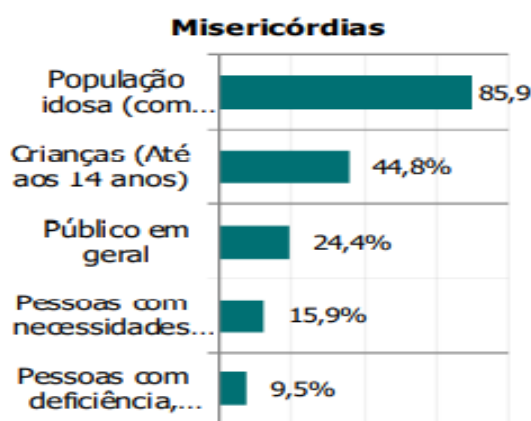
Para Mariano Cabaço as Misericórdias são Instituições que emergem da sociedade com a força do serviço e a responsabilidade do compromisso. É uma Instituição que se assume, também, como um agente intermediário entre quem dá e quem recebe. Para o autor:

“A interpretação renovada das Obras de Misericórdia, e a sua tradução em atos concretos, garante um serviço constante de grande proximidade e assegura a coesão social e humanização das comunidades. Os mais de 10 mil voluntários que acompanham e dirigem as cerca de 400 Misericórdias portuguesas são disso testemunho. Também os quarenta e cinco mil trabalhadores que acolhem, servem e se dedicam ao cuidado diário de mais de cento e setenta mil pessoas, constituem a maior riqueza deste movimento solidário.

A missão está bem definida e o trabalho prestado diariamente garante às Misericórdias uma forte presença no território e a afirmação da sua secular identidade.” (Cabaço, Mariano, 2020, p. 179).

As Misericórdias têm os seus principais beneficiários ou utilizadores na população idosa, com uma concentração superior a 85% nesta população, as misericórdias distinguem-se assim das restantes entidades, (Figura 5).

Figura 5: Principais 5 utilizadores, beneficiários ou clientes das Misericórdias (2018)



Fonte: Inquérito ao Setor da Economia Social 2018

Fundações: A Lei 150/2015 de setembro funciona como a Lei Quadro das Fundações, estabelecendo que estas visam a prossecução do interesse social, sendo previamente dotada de património afeto de forma irrevogável, sem um fim lucrativo. As Fundações podem assumir o cariz particular ou público.

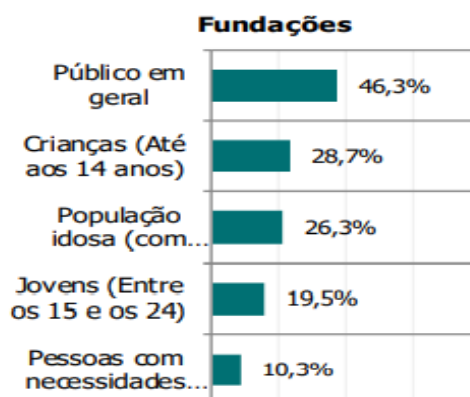
Os fins de interesse social vão desde a assistência a pessoas portadoras de deficiência, formação profissional, preservação de património, promoção de desporto, e outros.

Em Portugal é a Fundação Calouste Gulbenkian que ocupa o lugar cimeiro enquanto maior fundação em Portugal, e encontra-se entre as 40 maiores do mundo. Define como missão a construção de uma sociedade que ofereça iguais oportunidades e que seja sustentável, respeitando os valores da:

- Integridade;
- Independência;
- Transparência;
- Responsabilidade.

As Fundações são a entidade da economia social com uma distribuição mais equitativa dos seus principais beneficiários, pese embora a maior concentração esteja no público em geral, (Figura 6).

Figura 6: Principais 5 utilizadores, beneficiários ou clientes das Fundações (2018)



Fonte: Inquérito ao Setor da Economia Social 2018

Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS): à semelhança das entidades da economia social mencionadas as IPSS atuam com o objetivo de contribuir ativamente para a prossecução dos direitos dos cidadãos, que o estado não assegura, sem o objetivo do lucro.

As IPSS surgem de uma iniciativa particular de uma ou várias pessoas, com o intuito de responder a várias necessidades sociais que as restantes entidades não asseguram.

A sua atuação faz-se de acordo com a LBES; contudo, dispõem de um enquadramento legal próprio com o Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de Novembro. O Artigo 1º, n.º 1 define as IPSS *“como as pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público.”*

As respostas sociais conferidas pelas IPSS podem ser dadas em vários domínios, como definido pelo Artigo 1º-A do DL 172-A/2014. Vão da infância e juventude às pessoas idosas e podem ser tão abrangentes quanto a contribuição para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

O Artigo 5º da LBES define as entidades da economia social como autónomas, que atuam no âmbito das suas atividades de acordo com os seguintes princípios orientadores:

- ✓ O primado das pessoas e dos objetivos sociais;
- ✓ A adesão e participação livre e voluntária;
- ✓ O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros;
- ✓ A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse social;
- ✓ A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social;
- ✓ A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social realizada de acordo com o interesse geral.

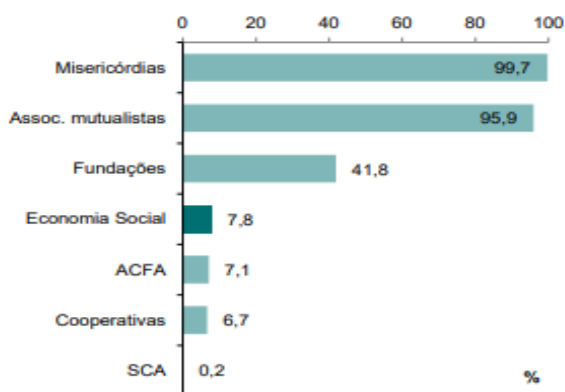
Para Maia (2020, p. 122):

“As IPSS caracterizam-se por dar resposta a necessidades que as populações identificam e experienciam no seu dia-a-dia, prestando serviços e gerindo equipamentos sociais e contribuindo, localmente, para a solução de problemas de emprego. Os laços sociais que se estabelecem, a proximidade geográfica, o acesso ao espaço civil “público” através do desenvolvimento da participação cívica e a parceria com o Estado configuram a especificidade das IPSS e,

naturalmente as suas atividades e projetos. O seu sucesso está dependente da presença de agentes qualificados e bem colocados, quer ao nível da sociedade civil local, quer ao nível da gestão e de mediação política do projeto que as IPSS se propõem a desenvolver.”

Note-se que IPSS não é a forma jurídica de constituição da entidade de economia social, mas sim o estatuto conferido a cada entidade por inerência legal, como é o caso das irmandades da misericórdia, associações mutualistas, cooperativas, fundações e associações de solidariedade social, Artigo 2º do DL 172-A/2014, ou por requerimento junto da Segurança Social. Não obstante a ausência de forma jurídica, a quase totalidade das misericórdias e das associações mutualistas em Portugal são reconhecidas como IPSS, (Figura 7).

Figura 7: Peso das IPSS, nos grupos de entidades da economia social



Fonte: Conta Satélite da Economia Social, 2016

A Conta Satélite da Economia Social, em 2016, identificou a existência de 5622 IPSS, o que representa um crescimento de 0,7% face a 2013.

1.2 Conta Satélite da Economia Social

A Lei de Bases da Economia Social no seu Artigo 6º estabelece que é responsabilidade do Governo a manutenção de uma base de dados quanto às entidades da economia social, e que no âmbito estatístico deve existir uma conta satélite para a economia social.

A Resolução do Parlamento Europeu de 19 de fevereiro de 2009, sobre a economia social convida a Comissão e os Estados-Membros a apoiarem a criação de informação

estatística referente às empresas da economia social, a produzir conta satélites nacionais com desagregação por sector institucional e ramo de atividade.

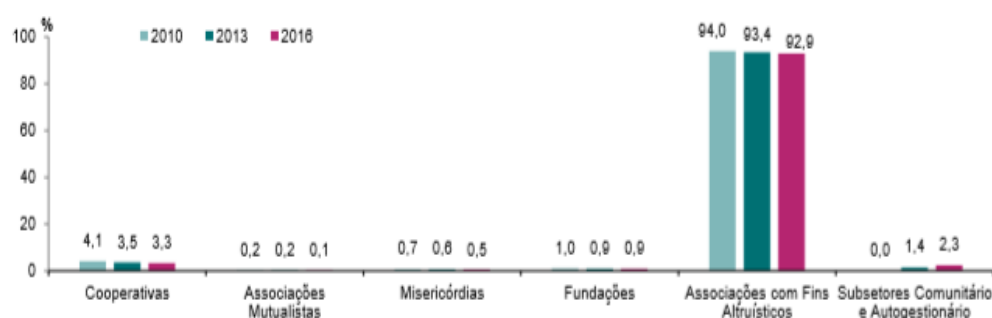
Pereirinha defende que a Economia Social não pode ser vista como substituto da intervenção do Estado:

“Antes exigindo ao Estado uma forma diferente, e qualitativamente superior e mais exigente, de intervenção: um Estado menos produtor e mais subsidiador, menos provedor e mais regulador, menos seletivo e mais universal menos reparador e mais com uma atuação orientada para a prevenção, menos como capacidade instrumental de garantia de realização de direitos e mais promotor desses direitos. Em suma, mais Estado-providência” (Pereirinha, 2003, p. 240).

O Instituto Nacional de Estatística (INE) em parceria com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) publicou em 2019 a 3ª Edição da Conta Satélite da Economia Social (CSES), com dados referentes a 2016, àquela data o sector da Economia Social contava com 71 885 entidades dos setores enunciados.

A Conta Satélite da Economia Social (CSES) nas suas três edições (2010, 2013 e 2016) identificou que mais de 90% das entidades de economia social estão concentradas nas associações com fins altruísticos. Para este facto muito contribui o peso do sector da cultura, comunicação e recreio. Em 2016, este sector agregava 46,9% das unidades de economia social, como se apresenta na Figura 8.

Figura 8: Distribuição das unidades por grupos de entidades



Fonte: Conta Satélite Economia Social, INE (2019, p. 4)

O Quadro 2 permite perceber o peso do setor da economia social nas duas publicações da CASES, o que este setor representa nas contas nacionais e o que cada um deles conseguiu crescer neste período.

Quadro 2: Principais Resultados da Conta Satélite da Economia Social (CSES)

	unidade	Níveis:	2013		2016		Tx. de var. (%)		CSES/CN (%)	
							2013/2016	2013	2016	
Número de unidades	N.º	CSES	61 268	71 885			17,3			
VAB	10 ⁶ euros	CSES	4 206,5	4 819,2			14,6	2,8	3,0	
		CN	149 768,4	162 226,13			8,3			
Emprego (ETC)	N.º	CSES	217 744	236 288			8,5	5,2	5,3	
		CN	4 178 797	4 419 870			5,8			
VAB/ETC	10 ³ euros	CSES	19,3	20,4			5,6	53,9	55,6	
		CN	35,8	36,7			2,4			
Remunerações	10 ⁶ euros	CSES	3 973,1	4 321,6			8,8	5,2	5,3	
		CN	76 279,9	81 854,1			7,3			
Emprego (ETC) remunerado	N.º	CSES	215 963	234 886			8,8	6,0	6,1	
		CN	3 582 077	3 839 523			7,2			
Remunerações médias	10 ³ euros	CSES	18,4	18,4			0,0	86,4	86,3	
		CN	21,3	21,3			0,1			
Remunerações/VAB	%	CSES	94,5	89,7			-5,1	185,4	177,7	
		CN	50,9	50,5			-0,9			
FBC	10 ⁶ euros	CSES	1 081,8	1 107,8			2,4	4,3	3,8	
		CN	24 913,8	29 318,7			17,7			
Capacidade líquida (+) / Necessidade líquida (-) de financiamento	10 ⁶ euros	CSES	-412,0	-598,4						
		CN	3 945,6	1 951,6						

Fonte: Conta Satélite Economia Social, INE (2019, p. 10)

A CASES concluiu que em Portugal, em 2016, o setor da economia social representava 6,1% do emprego remunerado (ETC) e 3% do Valor Acrescentado Bruto (VAB). Comparativamente com a publicação de 2016, referente a 2013, estes valores traduzem um aumento de 14,6%. No setor da economia social as remunerações ponderaram 5,3%, na economia nacional.

Verifica-se um aumento de 17,3% das entidades de economia social. Entre publicações, são as entidades da saúde e dos serviços sociais que mais contribuíram para o aumento do VAB em 14,6% e do emprego remunerado no Sector em 8,8% (o que compara favoravelmente com os números da economia nacional).

Numa análise por grupo de entidades a CSES verifica que são as associações com fins altruísticos (ACFA) que maior contributo dá ao sector, concentrando 92,9% das entidades, que são responsáveis por 60,1% do VAB e 64,6% do ETC, o Q uadro 3 apresenta a distribuição referida.

Quadro 3: Distribuição dos principais indicadores por grupos de entidades em 2016

Grupos de entidades	Unidades	Emprego Remunerado	VAB	Remunerações	VAB / ETC	Remunerações Médias
	N.º	ETC	10 ³ Euros	10 ³ Euros	10 ³ Euros por ETC remunerado	
Cooperativas	2 343	24 402	604 241	572 240	24,8	23,5
Associações mutualistas	97	4 842	387 971	212 094	80,1	43,8
Misericórdias	387	39 445	596 630	555 267	15,1	14,1
Fundações	619	14 113	332 321	304 296	23,5	21,6
Subsetores comunitário e autogestionário (SCA)	1 678	305	1 174	3 795	3,9	12,4
Associações com fins altruísticos (ACFA)	66 761	151 779	2 896 871	2 673 894	19,1	17,6
Economia Social	71 885	234 886	4 819 210	4 321 587	20,5	18,4
Total da Economia	-	3 839 523	162 226 133	81 854 147	42,3	21,3
Economia Social / Economia Nacional	-	6,1%	3,0%	5,3%	48,6%	86,3%

Fonte: Conta Satélite Economia Social, INE (2019, p. 3)

As entidades da Economia Social viram decrescer os valores do investimento de 4,3% em 2013, para 3,8% em 2016, não obstante o agravamento das necessidades de investimento por estas entidades.

O INE divulgou em 2018, pela primeira vez, os dados referentes ao trabalho voluntário, que embora sem base comparativa, conclui que 7,8% dos residentes em idade ativa fazem voluntariado. Considerando que cada voluntário trabalha em média 32 horas por mês, este trabalho é essencial para as entidades em que o mesmo ocorre.

2. Economia Solidária

Embora mais recente, o conceito de Economia Solidária é indissociável da Economia Social e tem raízes e costumes intrincados na sociedade como a filantropia, o mutualismo ou o trabalho comunitário.

Para Jean Louis-Laville (2009) a economia solidária é *“uma outra economia preocupada com o bem comum e com a defesa dos modos de vida ameaçados”*. Os meios de produção coletivos permitem que a igualdade seja garantida com uma gestão democrática efetuada pelos próprios membros.

A Economia Solidária encontra-se liberta da exigência do setor económico, embora presente são sobretudo os setores político, cultural, social e ambiental que a capacitam e lhe dão identidade, assim como à diversidade de entidades que operam nesta área.

A economia solidária recebe recursos produzidos e disponíveis na economia de forma gratuita.

Para Laville (2009a: 41-42):

“A economia solidária trouxe ao debate público as noções de utilidade social e de interesse coletivo e colocou a questão do objetivo das atividades que surgira de modo enganador na economia social centrada nas relações entre atividade e atores. Neste ponto, a economia solidária ultrapassa a economia social.”

Como resultado do funcionamento da Economia Solidária com três alicerces distintos, (o mercado, o Estado e a reciprocidade), surgem novas formas de economia de *mercantil* e não *mercantil*, monetárias e não monetárias com a utilização de vários tipos de recursos. Este funcionamento recíproco pode ser designado como uma hibridação de economias.

Não obedecendo à lei da oferta e da procura comum à economia de mercado, a oferta na Economia Solidária é criada com base em necessidades reais e efetivas de determinados grupos da sociedade civil.

O conceito de economia solidária possui uma amplitude abrangente ao contar com as seguintes características:

- a) um objetivo social, o que implica a submissão da lógica mercantil à lógica solidária;
- b) o estabelecimento de uma relação pessoal e de proximidade que engendra, nos membros, um sentimento de identificação e também de pertença à coletividade;
- c) formas plurais de trabalho, comportando assalariados, voluntários, usuários e outros parceiros locais;
- d) a participação de diferentes atores (assalariados, voluntários e usuários) na gestão interna da organização bem como na construção conjunta da oferta e da procura de bens e serviços;
- e) a utilização de diferentes recursos, tais como os originados de operações comerciais, os não-comerciais (originados de várias formas de financiamento do Estado) e os não-monetários, concernentes ao voluntariado e aos donativos (Serva, 2013: 46).

A funcionar entre o mercado e o Estado, Laville (2009, p. 43) defende que a Economia Solidária apresenta duas dimensões, a económica e a política, sem que nenhuma delas esteja em destaque. Só com uma atuação nas duas dimensões é possível operar mudanças institucionais através da economia solidária. A dimensão económica pretende ser igualitária e recíproca, mas é com a dimensão política que são requeridas iniciativas à sociedade civil e se dá voz à mesma.

Figura 9: As duas dimensões da economia solidária



Fonte: Laville, 2009: 43

Para França-Filho, (2002: 13) *"a economia solidária é o movimento de renovação da economia social."* Apresenta três características distintivas:

- As necessidades sociais a que tenta responder;
- Os atores que desenvolvem as iniciativas;
- A intenção de mudança social.

Parente e Quintão (2014: 41) entendem que as reivindicações da economia solidária junto da sociedade civil podem ser entendidas como uma politização da economia social.

Os membros das organizações da economia solidária, que assumem a sua liderança de uma forma democrática e com princípio da autogestão têm como objetivo reclamar melhores condições de vida, para as pessoas que vivem em situação de exclusão social e promover a sua inclusão, através de políticas públicas.

A Rede Portuguesa de Economia Solidária (RedPES) entende por economia solidária:

“Os processos, formais ou informais, de produção, troca, distribuição, consumo, geração de rendimentos e poupança, que conjugam a valorização das dinâmicas sociais, económicas e ambientais de proximidade com Solidariedade Horizontal, Perspetiva Ecológica, Diversidade Cultural, Reflexão Crítica e Participação”. (RedPES, 2016).

A RedPES pretende funcionar como uma entidade agregadora no apoio às entidades que se identificam as práticas da Economia Solidária, com o intuito de disponibilizar formas alternativas para a organização de uma sociedade justa através de uma correta afetação de recursos.

A economia solidária é um conceito em crescendo com uma atuação baseada na sustentabilidade, social e ambiental, tem como objetivo estabelecer relações sociais que capacitem as Instituições e os seus *stakeholders*.

2.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu a Agenda 2030 onde aborda as dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económica, ambiental) e promove a paz, a justiça e Instituições eficazes. A Agenda 2030 contempla 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), que segundo Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, “a nossa visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos e são uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta, e um plano para o sucesso.”

Figura 10: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Portal dos ODS (ods.pt)

O relatório *Social and Solidarity Economy for the Sustainable Development Goals*, publicado pelo *United Nations Research Institute for Social Development* (UNRISD), em 2018, confere à economia social e solidária um papel importante na execução dos ODS, por aquelas permitirem uma abordagem integrada e equilibrada da implementação dos ODS, sem tendência a gerar conflitos na conquista dos objetivos.

O relatório destaca, como características da economia social e solidária:

- Tendência para a internalização de custos;
- Prática sustentada pelos princípios da democracia e da solidariedade, ajudando a desempenhar um papel de liderança na reconciliação dos interesses dos diversos atores locais;
- Inclusão social e a coesão, estimulando a capacitação das pessoas;
- Capacidade de relacionamento com os diversos atores, possibilitando várias formas de coordenação e de colaboração;
- Fomentar uma cidadania ativa e responsável e o envolvimento e a participação das comunidades locais.

3. Impacto Social

“Os Princípios Internacionais para a Avaliação de Impactos Sociais consideram que os impactos sociais incluem todas as questões associadas a uma intervenção planeada (ou seja, um projeto) que afetam ou preocupam as pessoas, direta ou indiretamente”. (Vanklay, F., 2015: 2).

Frank Vanklay refere que:

“Impacto social é entendido como algo associado a um projeto que afeta ou implica qualquer grupo de pessoas afetadas. Quase tudo pode ser potencialmente um impacto social, desde que seja valorizado ou considerado importante para um grupo específico de pessoas”. (Vanklay, F., 2015: 2).

Para Vanclay (2015) impactos económicos ou ambientais não podem ser interpretados de forma isolada face ao impacto social pois tudo o que afeta o modo de vida das pessoas implica impacto social. A construção de uma barragem numa comunidade trará significativos impactos ambientais, económicos, e também sociais.

Segundo Bassi, A., & Vincenti, G. (2015) impacto social significa:

“A alteração de carácter duradouro (positivo ou negativo) no ambiente da organização influenciado - direta ou indiretamente, intencional ou não - pelas atividades organizacionais”. (Bassi, A., & Vincenti, G., 2015: 19)

A Associação Internacional de Avaliação dos Impactos Sociais (A.I.A.I.S.) considera que impactos sociais são todas as alterações em um ou vários dos seguintes aspetos:

- O modo de vida das pessoas - ou seja, como vivem, trabalham, se divertem e interagem umas com as outras no dia-a-dia;
- A sua cultura - ou seja, as suas crenças, costumes, valores e língua ou dialeto partilhados;
- A sua comunidade - a coesão, estabilidade, carácter, serviços e infraestruturas;
- Os seus sistemas políticos - o modo como as pessoas podem participar nas decisões que afetam as suas vidas, o nível de democraticidade e os recursos fornecidos para esse fim;
- O seu ambiente - a qualidade do ar e da água que as pessoas usam; a disponibilidade e qualidade dos alimentos que consomem; o nível de perigo ou risco, poeiras e ruído a que estão expostos; a adequação do saneamento, a sua segurança física e o acesso e controlo sobre os recursos;
- A sua saúde e bem-estar - a saúde é um estado de total bem-estar físico, mental, social e espiritual e não meramente a ausência de doença ou enfermidade;
- Os seus direitos pessoais e de propriedade - particularmente se as pessoas são afetadas economicamente ou se sofrem desvantagens pessoais que podem incluir uma violação das suas liberdades civis;
- Os seus receios e aspirações - as suas perceções sobre a sua segurança, os receios sobre o futuro da sua comunidade e as suas ambições para o seu futuro e o futuro dos seus filhos. (Vanclay, F. 2015: 2)

É frequente os conceitos de impacto e avaliação serem confundidos e considerados como sinónimos. Segundo Onyx (2014) impacto é uma das últimas etapas do processo de avaliação sendo este composto de maior complexidade e dimensão.

O impacto pode ser gerado de uma intervenção isolada, conjunta, intencional ou não intencional. As intervenções não originam de forma obrigatória impacto, mas este não existe sem aquelas.

Filipe Almeida, Presidente da Iniciativa Portugal Inovação Social:

“Lembra que as organizações financiam e envolvem-se em projetos sociais há muito tempo, no entanto, têm-no feito com especial intensidade nos últimos 50 anos. Em alguns casos, esta filantropia evoluiu até para o chamado investimento de impacto, quando o financiamento prioriza o impacto social e o entende como um retorno relevante, conciliando-o eficazmente com o retorno económico.” (Jornal Económico, 16 de janeiro de 2020).

3.1 Avaliação do Impacto Social

Segundo os Princípios Internacionais para a Avaliação de Impactos Sociais, a Avaliação de Impactos Sociais (AIS):

“Inclui os processos de análise, monitorização e gestão das consequências sociais, pretendidas e não pretendidas, positivas e negativas, de intervenções planeadas (políticas, programas, planos, projetos) e inclui quaisquer processos de mudança social provocados por essas intervenções”, Vanclay, (2003: 1).

Todas as partes ganham com a execução da avaliação do impacto social; designadamente os investidores ao percecionarem o retorno para as organizações, e estas ao corrigirem eventuais desvios que existam nos projetos.

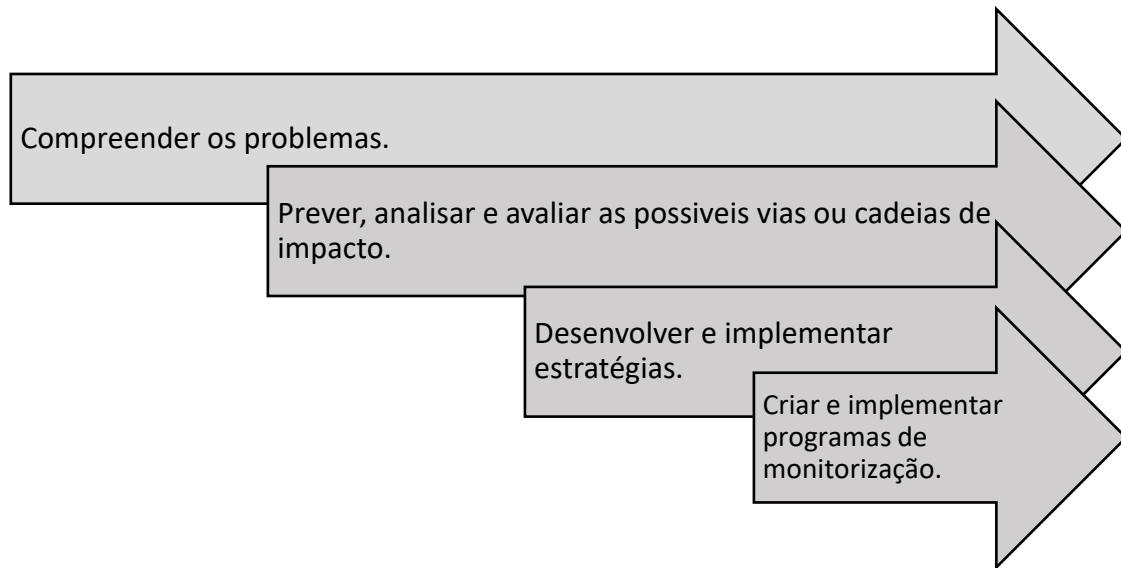
O fundador da maior fundação em Portugal, Calouste Gulbenkian, instituiu na mesma a necessidade de verificar e tornar a verificar os projetos. É nesse propósito que a Fundação procede a uma criteriosa avaliação do impacto social dos projetos apoiados.

Porque o impacto social dos projetos pode conter aspetos negativos é imprescindível a sua monitorização por forma minorar os efeitos negativos e a potenciar os impactos positivos.

O guia para a avaliação e gestão dos impactos sociais dos projetos, da autoria de Frank Vanclay representa o processo de Avaliação de Impactos Sociais (AIS) em quatro fases. As quatro fases são compostas por um total de 26 tarefas para a implementação de um processo de avaliação de impacto social, ver anexo 1.

Embora o seu decurso seja sequencial as fases e tarefas também ocorrem em simultâneo e interagindo entre si, como se apresenta na figura 11.

Figura 11: Fases da Avaliação de Impacto Social



Fonte: Adaptado de Vanclay, F. (2015: 7), Avaliação de Impactos Sociais: Guia para a avaliação e gestão dos impactos sociais dos projetos, Associação Internacional de Avaliação de Impactos.

O *Interorganizational Committe* (1994) resume em 10 itens as boas práticas de um processo de Avaliação do Impacto Social:

1. Criar processos participativos e espaços deliberativos que facilitem a discussão da comunidade em torno de soluções que gerem consensos;
2. Compreender de forma profunda as comunidades a serem intervencionadas através de uma análise a todos os *stakeholders* de um projeto, programa ou política;
3. Identificar as necessidades da comunidade definindo os problemas sociais principais;
4. Recolher dados de base que permitam estabelecer previsões realistas sobre o resultado da intervenção a ser realizada;
5. Estabelecer o significado das mudanças a serem geradas e determinar como a comunidade irá reagir;
6. Analisar métodos de intervenção alternativas encontrando métodos para mitigar possíveis impactos negativos e maximizar oportunidades positivas;
7. Desenvolver um plano de monitorização para informar os gestores da intervenção;
8. Facilitar um consenso livre, prévio e informado entre a comunidade e os gestores da mudança assegurando-se que existe respeito pelos direitos humanos;

9. Assistir os executantes da intervenção na realização de um plano de gestão de impacto social que descreva todos os benefícios, medidas de mitigação, ferramentas de monitorização e políticas de governança acordados assim como um plano para riscos não planeados;
10. Deixar o processo transparente para que qualquer *stakeholder*, incluindo agentes governamentais ou da sociedade civil, possam desenvolver adaptações do mesmo aplicando o modelo de intervenção nas suas próprias organizações, Lavadinho, Francisco, 2016: 16 e 17.

Marco Domingues, representante da Animar:

“Considera fundamental o desenvolvimento de uma nova metodologia de avaliação do impacto social, a partir da experiência e ADN da economia social e solidária, nomeadamente, a partir da definição de indicadores que garantam a análise da participação dos grupos, comunidades e instituições nos processos de tomada de decisão que os envolvam, que avaliem a igualdade de oportunidades e tratamento na diversidade e na diferença, que garantam a equidade para uma maior coesão social e territorial e, por fim, que avaliem a boa governança dos recursos disponíveis, incluindo os recursos naturais de uma mesma "casa comum". Este, é mais um desafio de inovação social abraçado pela Animar, a conceção de um modelo de impacto social a partir da experiência e princípios da economia social e solidária”, (em Jornal de Negócios, novembro de 2018).

Hehenberger et al. (2013) desenvolveu o modelo de avaliação do impacto social em ciclo, composto por cinco fases, a saber:

1. Definir objetivos;
2. Analisar os Stakeholders;
3. Mensurar os resultados;
4. Verificar e avaliar o impacto;
5. Monitorizar e comunicar os resultados.

De uma forma gráfica os cinco passos para a avaliação do impacto social podem ser vistos como um círculo que nunca se completa tendo no seu centro a Avaliação do Impacto, Figura 12.

Figura 12: A avaliação de impacto social



Fonte: Hehenberger et al., (2013: 8)

Para os autores é essencial na primeira fase do processo de avaliação de Impacto Social se façam algumas questões, (Hehenberger et al. 2013: 10-11):

- a) Qual a motivação para medir o impacto social? Existem diferentes propósitos para avaliar o impacto e cada um pode implicar em diferentes públicos e perspectivas;
- b) Que recursos podem ser incluídos na mensuração do impacto? Os recursos que devem ser considerados são tecnológicos, humanos e tempo;
- c) Em que tipo de beneficiários é que se está a trabalhar? A maturidade, por exemplo o estágio de desenvolvimento organizacional limita o tipo de informação que se pode obter;
- d) Qual é a exigência que se pretende da análise do impacto? Um aumento exigência da análise do impacto vai permitir a minorar falhas no processo;
- e) Qual o prazo para a medição do impacto? O período em que se mensura o impacto deve ser determinado pelo *outcome* mais importante e deve-se estimar o tempo com base nele;
- f) Qual é o problema social que a organização está a resolver? Isso pode ser mais ou menos difícil, dependendo de uma abordagem ampla ou focada, mas a articulação de respostas claras é necessária para ser viável a escolha de investimentos que contribuam a resolução dos problemas sociais;
- g) Qual o objetivo que a organização quer atingir? Observar todos os objetivos e relações desenvolvidas pelos *stakeholders*.

- h) Quais os *outcomes* esperados? A organização deve avaliar os *outcomes* dos investimentos organizacionais. É importante considerar também consequências não intencionais das atividades;
- i) Quais os recursos ou *inputs* (de acordo com a cadeia de valor de impacto) que a organização tem e necessidade para desenvolver as suas atividades? Isso deve incluir tempo, talento, tecnologia, equipamento, informação, entre outras atividades.

Na segunda fase, a análise aos *stakeholders*, mostra-se essencial para entender quem são, o seu envolvimento com o projeto e as expectativas quanto ao mesmo. A mensuração dos resultados analisa os *outputs*, os *outcomes*, o impacto e os indicadores, com a exequibilidade dos objetivos em resultados mensuráveis e a definição dos indicadores.

O Impacto Social resulta de uma intervenção através de um programa, projeto ou política e é verificado sempre que o projeto opera mudanças na vida das pessoas ou organizações a que se destina. Pretende-se monitorizar impactos e não resultados.

No momento da aplicação do projeto são elencados os objetivos a que este pretende responder, o processo de avaliação do impacto social irá monitorizar a concretização do projeto e responder a eventuais desvios que o mesmo obteve.

Não é comum encontrar apenas uma relação de causa efeito no impacto social, mas sim uma cadeia de valor com a interação de diversas variáveis, Vanclay (2015).

As organizações têm no modelo lógico uma ferramenta para distinguir as avaliações para o curto e o longo prazo. As 5 etapas distintas do modelo lógico encontram-se identificadas na figura 12.

Figura 13: Passos da Avaliação de Impacto Social



Fonte: Onyx (2014: 6)

- *Inputs*: recursos a utilizar durante o programa/ processo, podem ser materiais ou humanos;
- Atividades: a implementação do programa/ processo;
- *Outputs*: produtos específicos, imediatos e tangíveis do programa;
- *Outcomes*: são os benefícios que o programa traz aos seus utilizadores e que são identificados por estes;
- Impactos: as mudanças/ resultados percebidos pelos beneficiários do programa;

Por ser linear e bastante simples este modelo pode ser facilmente adaptável à avaliação do impacto social em projetos de várias organizações, contudo este modelo pode servir apenas como fio condutor para o desenvolvimento de modelos próprios e específicos para os projetos em avaliação.

A CASES defende que:

“A determinação do impacto social possibilita disponibilizar informação aos *stakeholders*, dotar os dirigentes e quadros técnicos de ferramentas de apoio à gestão e ao processo de tomada de decisão a nível estratégico e operacional, tornar as entidades da economia social mais eficientes e eficazes na resposta às necessidades existentes e criar uma cultura organizacional de avaliação e melhoria contínua”. (CASES, 2016).

3.1.1 A Teoria da Mudança

Carol Weiss (1998) entende que o planeamento, monitorização e avaliação de um programa deve ter corretamente definidos os objetivos do mesmo. Mas é igualmente importante conhecer a forma como esses objetivos serão atingidos.

A teoria da mudança enquanto instrumento para a medição do impacto social indica às organizações o caminho a seguir para atingir os objetivos preconizados, numa visão de longo prazo.

A aplicação da teoria da mudança deve ocorrer numa fase pré-projecto, pois só dessa forma se garante a monitorização do mesmo e a aplicação das correções necessárias.

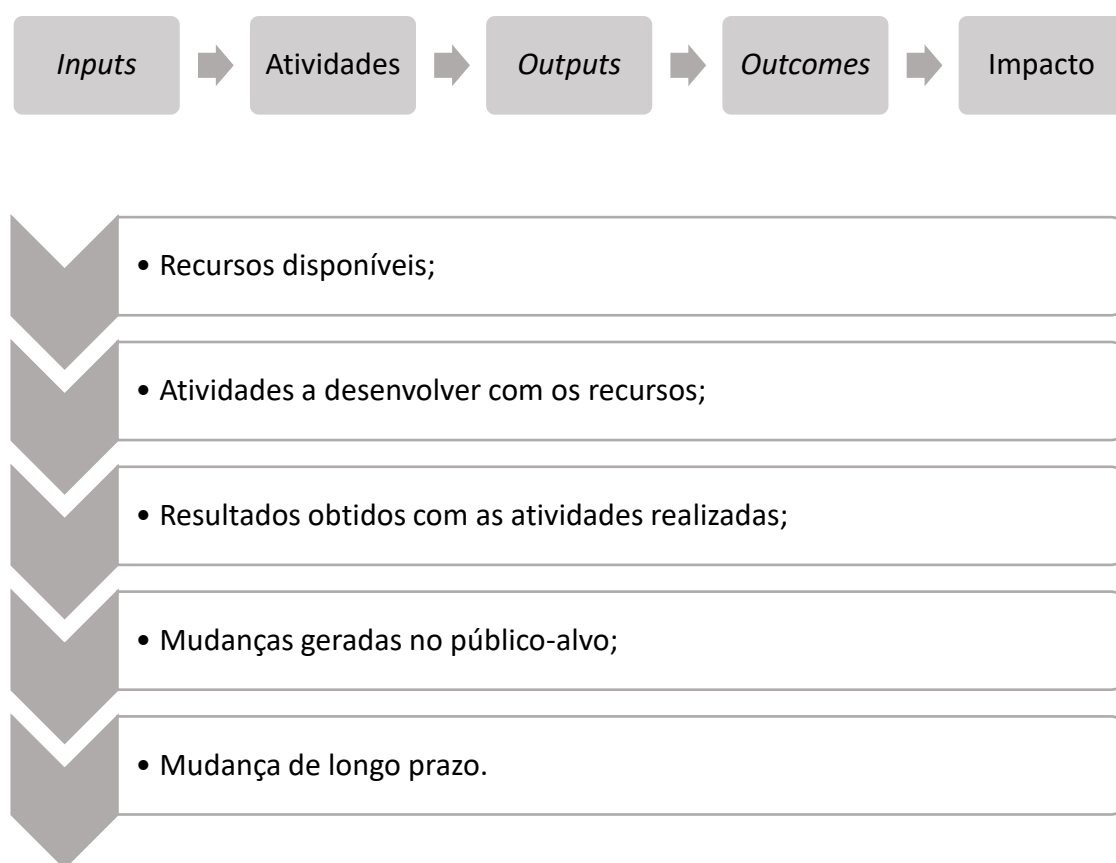
A Comissão Europeia, no documento Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020, define teoria da mudança *como a representação (gráfica) do conjunto de pressupostos e condições que explicam os “pequenos-passos”*

que conduzem a um objetivo de longo prazo e das ligações entre as atividades do programa e os resultados intermédios que ocorrem em cada passo do processo.

A teoria da mudança não é aplicável apenas a processos de avaliação, podendo ser incluída em todas as fases desde a implementação, monitorização, avaliação.

Na perspetiva de longo prazo presente na Teoria da Mudança é possível identificar resultados a nível intermédio, sem os quais a mudança de longo prazo não ocorre. Sendo construída do topo para a base é importante identificar os resultados que se pretendem atingir, quais as intervenções necessárias aos mesmos, qual o racional de utilização de recursos e os pressupostos do processo.

Figura 14: A Teoria da Mudança



Fonte: Adaptado de Logic Model Development Guide, W.K. Kellogg Foundation (2004)

W.K. Kellogg Foundation (2004) sistematiza a Teoria da Mudança através do Modelo Lógico, que visa apresentar as relações entre os recursos de que se dispõe para

operacionalizar o programa, com as atividades planeadas e as mudanças ou resultados que se pretendem alcançar. O Modelo Lógico é composto de:

1. Recursos;
2. Atividades;
3. *Outputs*;
4. *Outcomes*;
5. Impacto.

A W.K. Kellogg Foundation (2004) estabelece que os *Outcomes* e os Impactos devem ter características que os permitam ser designados por SMART:

- *Specific* (Específicos): Os *outcomes* e o impacto devem ser definidos para o projeto em que se está a trabalhar;
- *Measurable* (Mensuráveis): Os objetivos devem ser quantificáveis e mensuráveis;
- *Action-oriented* (Com uma ação centrada): O projeto no seu todo deve ter definidos aqueles que são os objetivos e ações para os alcançar;
- *Realistic* (Realistas): Deve-se procurar medir metas e objetivos reais e concretos;
- *Timed* (Com horizonte temporal definido): O plano deve prever *timings* específicos para cada ação, de forma a não comprometer a realização do todo;

A identificação e explicitação da teoria da mudança de um programa ou intervenção pressupõe cinco passos, segundo a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., 2016:

“1. Identificar o objetivo global / de longo prazo do programa: deve estar relacionado com um problema específico (de escala local, regional ou nacional) e pode ter um horizonte temporal que ultrapassa o programa.

2. Mapear a cadeia de resultados: a cadeia de resultados refere-se ao encadeamento causal de resultados necessários para atingir o objetivo de longo prazo. O seu mapeamento deve ser feito “de cima para baixo”, começando no objetivo de longo prazo e identificando, sucessivamente, os resultados intermédios que o antecedem (que são necessários ou pré-condições para o resultado seguinte). Idealmente, devem ser definidos indicadores que permitam verificar o cumprimento de cada um dos resultados intermédios e do objetivo global.

3. Identificar os pressupostos e os racionais da teoria: na identificação dos pressupostos devem ser distinguidos aqueles que se acredita já existirem daqueles que requerem alguma atividade específica, incluindo as atividades do programa. Os racionais são os elementos lógicos que explicam a relação de causalidade entre componentes da cadeia de resultados.

4. Identificar as atividades, as realizações e o papel da intervenção na teoria: as intervenções correspondem às atividades do programa cujas realizações contribuem para um determinado resultado intermédio ou condição necessária ao resultado final. Em termos esquemáticos, situam-se sobre o elo de ligação causal entre dois resultados intermédios e/ou pressupostos. Devem ser definidos apenas depois de mapeada a cadeia de resultados.

5. Identificar os recursos necessários à implementação das intervenções: refere-se à identificação das condições materiais, administrativas, financeiras, etc., necessárias à implementação das diferentes atividades/intervenções, e aferição, de forma realista, da sua disponibilidade.” (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020, 2016: 45)

Para o programa global de avaliação 2014 – 2020, a teoria da mudança deve permitir responder a questões como:

1. Como ocorre a mudança?
2. Porque ocorre a mudança?
3. Quais são os fatores que concorrem para a mudança?
4. Qual a sequência da mudança?
5. Que recursos é necessário mobilizar para se obter o efeito desejado?

3.1.2 Social Return on Investment (SROI)

Uma das metodologias de avaliação do impacto social mais utilizadas é o SROI (*Social Return on Investment*), que pretende medir ou entender o valor económico, ambiental ou social que determinada intervenção gera na organização, comparando o valor gerado com o investimento necessário para chegar ao mesmo.

Enquanto ferramenta de medição do impacto social, o SROI permite expressar o retorno do investimento social não de uma forma puramente financeira ou monetária, mas enquanto valor social.

O SROI, tem em si subjacentes sete princípios básicos, Arvidson (2012: 6):

1. “Envolver as partes interessadas;
2. Entender o que muda;
3. Avaliar as coisas que importam;
4. Incluir apenas o que é material;
5. Não exceder a reivindicação;
6. Ser transparente;
7. Verificar o resultado.”

O autor define SROI como “moeda de valor social”, ao permitir expressar o retorno não monetário.

As etapas da avaliação do SROI, segundo a 4Change, *Análise SROI*, s. d.: 2, são as seguintes:

1. “Mapear a intervenção;
2. Identificar recursos e atividades;
3. Demonstrar mudanças e valor;
4. Apurar o impacto;
5. Calcular o SROI;
6. Comunicar e integrar.”

A 4Change define como vantagens de utilização do SROI, *Análise SROI*, s. d.: 4:

- “Integração: apresenta a criação de valor nas suas componentes económica, ambiental e social;
- Transparência: faculta números suportados por uma narrativa rigorosa do processo de apuramento desses números;
- Flexibilidade: dá feedback ao gestor da intervenção sobre a sua eficácia;
- Racionalização: permite alocar os recursos em impactos chave;
- Simplicidade: resume o valor criado para diversas partes interessadas num único indicador claro.”

O SROI é potenciador do impacto ao permitir um investimento assertivo em projetos que geram maior impacto social com menores valores de investimento. Ao efetuar uma avaliação às mudanças sociais ocorridas e aos efeitos das mesmas, não centra a sua análise nas atividades.

4. Eventos Desportivos

A Comissão Europeia, através do Livro Branco publicado em 2007, defende que “o desporto desempenha um importante papel social, complementar das suas dimensões desportiva e económica. O seu contributo é vital para o bem-estar da sociedade.” (Comissão Europeia, 2007: 5).

O desporto tem um carácter de enorme transversalidade na sociedade por se destinar a pessoas de qualquer idade ou origem social. O Livro Branco confere ao desporto a função social de potenciar a inclusão, a integração e promover a igualdade de oportunidades.

Nas últimas décadas os eventos desportivos, em especial os de corrida, registam alterações significativas na quantidade de eventos realizados, no número e no tipo de participantes.

A corrida enquanto desporto de competição ficou durante muito tempo apenas ao alcance dos atletas federados que realizavam provas somente pelo espírito competitivo. A quantidade de participantes que é acompanhada do aumento de eventos verifica-se devido à alteração de paradigma deste tipo de eventos, da competição passou-se à participação. Existe hoje uma enorme quantidade de participantes que o faz pela participação, pela diversão, pela experiência, para se sentir bem, superar recordes pessoais.

Seja pela mudança de hábitos, pela qualidade de vida, por razões de saúde, pela camaradagem ou simplesmente pelo vício saudável é cada vez mais frequente encontrar pessoas a praticar desporto ao ar livre.

As maratonas são provas que reúnem milhares de atletas profissionais e amadores, nas mais variadas cidades do mundo. De Londres, a Madrid, passando por Nova York, Tóquio, Lisboa tem agendada para 17 de outubro de 2021 a EDP Maratona de Lisboa.

De acordo com os dados disponibilizados no portal do INE o número de participantes inscritos na federação desportiva de atletismo aumentou, em Portugal, no período entre 2013 e 2019, sendo o crescimento mais expressivo de 2016 para 2017. No ano de 2019 o número de praticantes de atletismo continuou em crescendo, observando-

se um aumento substancial do número de mulheres inscritas, face ao decréscimo do número de homens. O Quadro 4 apresenta os dados por ordem cronológica, e por género.

Quadro 4: Prática de Atletismo em Portugal

Ano	Praticantes Inscritos nas Federações de Atletismo		
	Homens	Mulheres	Total
2013	9195	5796	14991
2014	9158	5677	14835
2015	9391	5893	15284
2016	8896	5646	14542
2017	11050	7716	18766
2018	11084	7063	18147
2019	7651	11788	19439

Fonte: Dados disponíveis no Portal do INE (INE.pt)

Segundo Salgado, (2006: 93), “as maratonas e corridas de rua têm três tipos de público distintos:

- Os que correm e procuram apenas seu próprio tempo e posição;
- Os que conferem os resultados para ver como foi o seu desempenho, dos seus amigos ou apenas para descobrir o vencedor;
- Os diretores de provas, que vêm os resultados como dados estatísticos e de investimentos”.

Existe ainda, o quarto grupo que participa neste tipo de eventos desportivos pelas causas humanitárias e solidárias que os mesmos possam ter associadas, com o intuito de contribuírem para a resolução de problemas sociais, apoio em doenças, movimentos ecológicos.

A Corrida Montepio teve nas suas 7 edições milhares de participantes anónimos, que o fizeram pelo gosto pela prática desportiva, devido à vertente solidária do evento ou por ambos. O Quadro 5 apresenta os 3 primeiros classificados (masculino e feminino) em cada edição da prova, trata-se de atletas federados em clubes de atletismo ou que competem a título individual.

Quadro 5: Vencedores Corrida Montepio

Vencedores Absolutos_ Corrida Montepio								
Ed.	Data	Masculinos			Femininos			Class.
1	2013-10-27	José Gaspar	Individual	32:46	Mónica Moreiras	Individual	39:42	3757
2	2014-10-26	Hermano Ferreira	Individual	30:25	Jéssica Augusto	American Nike	33:46	4909
3	2015-10-25	Emanuel Rolim	Benfica	30:39	Vera Nunes	Benfica	34:36	4878
4	2016-10-23	Hermano Ferreira	Sporting	30:47	Vera Nunes	Benfica	34:01	5531
5	2017-10-22	Hugo Ganchas	Individual	31:33	Jéssica Augusto	Sporting	33:48	4213
6	2018-10-21	Avelino Eusébio	GFD Running	31:24	Jéssica Augusto	Individual	35:23	3794
7	2019-10-27	Hugo Ganchas	Individual	31:06	Jéssica Augusto	Sporting	34:42	3176

Fonte: Informação disponível em montepio.org

4.1 Eventos Desportivos com Causas Sociais

Nos últimos anos a solidariedade passou a estar presente em muitos eventos desportivos sejam competitivos ou não, com o objetivo da angariação de valores monetários, e/ ou de bens alimentares.

Os tempos de distanciamento social provocados pela pandemia Covid 19 obrigaram ao cancelamento ou adiamento deste tipo de eventos e tem-se assistido à organização de provas virtuais. O principal mote é o apelo à atividade física e o desafio dos limites pessoais.

Em 2020 a Corrida de Santo António e a Corrida do Tejo, realizadas em Junho e Setembro, respetivamente, foram organizadas de forma virtual e em comum tiveram também o cariz da solidariedade social.

A Corrida do Tejo atribuiu a totalidade do valor das inscrições na prova à Santa Casa da Misericórdia de Oeiras. A Corrida de Santo António doou €10.000 à Rede de Emergência Alimentar, este valor foi doado monetariamente pelo Lidl e pela A.M.M., considerando o número de inscrições efetuadas (gratuitas) e o envio do registo de atividade dos participantes.

Em 2021 a Galp organizou a Campanha Todos os Passos Contam, com o objetivo de doar refeições à Rede de Emergência Alimentar. Os participantes no período entre 16 de Abril e 5 de Julho registavam os Km percorridos a caminhar, correr ou a andar de bicicleta, resultando cada Km numa refeição foadada. Foram percorridos mais de 1M de Km, o que se traduziu num milhão de refeições doadas, através de 80 mil participações.

No Quadro 6 são apresentadas várias provas de atletismo realizadas durante o ano de 2019, com organizações distintas, mas que têm em comum o apoio a projetos e causas sociais.

Quadro 6: Eventos de Corrida com Causas Sociais

Corrida	Causa	Data	Local
16ª Corrida APAV	Associação de Apoio à Vítima	25-05-2019	Lisboa
4ª Corrida de Solidariedade da Associação de Doentes com Lúpus	Associação de Doentes com Lúpus	9-06-2019	Lisboa
3ª Edição da Corrida Solidária Marriott International Portugal	Exército de Salvação	9-09-2019	Lisboa
Race for the cure Braga	Associação Rosa Vida e do Gabinete de Apoio Oncológico e para a Associação Mama Help, para apoiar os projetos desenvolvidos por estas associações: Quality Onco Life Program, Pink Bees e Cinderella	29-09-2019	Braga
Corrida Sempre Mulher 2019	Associação portuguesa de apoio à mulher com cancro da mama	10-11-2019	Lisboa
Corrida Solidária Bombeiros de Benavente	Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Benavente	24-11-2019	Benavente

Fonte: Elaboração Própria, baseado na informação de cada evento disponível na web

Capítulo II – Estudos de Caso – Associação Mutualista Montepio e as Instituições Beneficiárias do Projeto a “Corrida Montepio”

O segundo capítulo tem como objetivos apresentar as Instituições intervenientes no Projeto a Corrida Montepio, começando pela A.M.M. e passando às Instituições beneficiárias (apresentadas pela ordem cronológica da participação no evento).

É estabelecida a metodologia subjacente à investigação, para permitir responder à pergunta de partida e testar as hipóteses em estudo. São apresentados os resultados das entrevistas às entidades envolvidas no projeto e perceção destas quanto ao impacto social gerado.

Enquanto ferramenta de avaliação do impacto social a teoria da mudança é aplicada a cada um dos projetos. O SROI é apresentado para os projetos que dispõem desta análise.

1. Associação Mutualista Montepio

O Mutualismo tem intrínsecos conceitos como a cidadania, participação, responsabilidade de convívio em sociedade, tendo por objetivo a interajuda, para elevar as qualidades das pessoas.

Em 1840 foi fundado o Montepio dos Empregados Públicos, por um grupo de funcionários públicos de Lisboa, liderados por Francisco Alvares Botelho (professor), com objetivo de apoiar mútua e solidariamente os seus associados. Não existia a essa data qualquer sistema de previdência pública em Portugal.

Os primeiros estatutos do Montepio tinham previsto que o seu objetivo era prestar socorro aos sócios, aos seus parentes ou a estranhos e gerar capital para a criação de uma Caixa Económica, que faria empréstimos e descontos de ordenados a uma taxa de juro razoável.

O pelicano é consagrado como o símbolo da Instituição e por conseguinte do Mutualismo, como sinónimo da proteção e do amparo. Em Portugal já outras Instituições Mutualistas tinham adotado o pelicano como o seu símbolo, a exemplo a Associação Artística de Socorros Mútuos 19 de Março, em Tondela.

Em 1844 é alterado o nome de Montepio dos Empregados Públicos para Montepio Geral e é criada a Caixa Económica de Lisboa, anexa ao Montepio Geral.

Em 1991 a Caixa Económica de Lisboa passa a funcionar sob a designação de Caixa Económica Montepio Geral, sendo também nesta data que a Instituição é considerada como pessoa coletiva de utilidade pública e é alargado o número de operações realizáveis por esta Instituição.

Com um funcionamento sob a mesma égide é a partir de 2007 que são criados estatutos distintos para a Associação Mutualista Montepio (A.M.M.) e a Caixa Económica.

Os estatutos da A.M.M. publicados em 2019 conferem-lhe o estatuto de IPSS. O seu artigo 2º prevê uma atuação com os princípios da solidariedade, com a finalidade de desenvolver ações de proteção social nas áreas da segurança social e da saúde e promover a cultura e a melhoria da qualidade de vida.

Sob o princípio do Mutualismo e o símbolo do pelicano a A.M.M. é perscrutora dos valores presentes na liberdade, igualdade, solidariedade, responsabilidade e autonomia (valores A.M.M.).

Com a matriz da Economia Social intrínseca a A.M.M. pretende ser a maior Instituição nacional nesta área e promover o crescimento sustentado da Economia Social no país, garantindo o respeito pelos valores mutualistas de solidariedade e participação associativo com elevados padrões de responsabilidade e sustentabilidade social, (visão A.M.M.).

A A.M.M. desenvolve um importante papel na área da economia social, constituindo um importante grupo económico relevante para o país, disponibilizando aos seus associados: planos de poupança e proteção; planos de reforma e de proteção jovem; centros residenciais para seniores e assistência domiciliária; residências para estudantes, etc. Na definição estratégica do grupo são identificáveis quatro eixos de atuação transversais à generalidade das empresas que compõem o grupo:

- Afirmação da Identidade, consolidando a responsabilidade Social do Grupo e a infungibilidade da sua marca, com intuito de promover o crescimento da

A.M.M. como uma das maiores mutualidades da Europa, consolidar o Grupo como a maior organização da economia social em Portugal, afirmar o Banco Montepio como um banco ético, distinguindo-se pela aplicação de políticas de sustentabilidade na relação com os seus *stakeholders*.

- Focalização nas Pessoas, com intuito de reforçar a humanização das relações dentro do Grupo e os seus interlocutores, aprofundando a gestão de recursos humanos, reforçando a relação com os associados e com os clientes.
- Cooperação, entre as organizações da Economia Social, garantindo uma saudável parceria entre setores, reforçando as sinergias dentro do grupo, promovendo a Solidariedade, alargando a capilaridade, a focalização da intervenção, fortalecendo redes de parceria internas e externas.
- Promoção Ambiental, com intuito de melhorar as práticas em curso e a sensibilização interna em relação ao ambiente, reduzindo a “pegada ecológica”, promovendo práticas ambientais, incluindo a dimensão ambiental nos riscos de atuação.

Para cada um dos eixos de intervenção o Grupo Montepio definiu, objetivos estratégicos, com ações concretas e metas a alcançar. O relatório de sustentabilidade de 2018 faz corresponder os objetivos estratégicos do grupo aos ODS, reforçando a aliança assumida em 2015 com os ODS.

Nos anexos 2 e 3 são apresentados os quadros referentes aos eixos de atuação do Grupo Montepio e os objetivos estratégicos do Grupo e o seu enquadramento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis

1.1 Fundação Montepio

Constituída em 1995, a Fundação Montepio tem como a missão de promoção do mutualismo e da economia social e no desenvolvimento integrado da pessoa humana, desenvolvendo um conjunto de ações em prol da coesão social e do desenvolvimento sustentável e atuando de acordo com os princípios da legalidade, isenção e não discriminação, responsabilidade e sustentabilidade, conforme definido no Código de Conduta da Fundação Montepio.

A Frota Solidária é porventura o projeto mais conhecido da Fundação Montepio, contudo a sua atuação na Economia Social não se cinge à devolução à sociedade civil do valor consignado em IRS sob a forma de viaturas. Com projetos menos visíveis como

o voluntariado jovem, que conta 9 edições, e que tem como objetivo de distinguir, reconhecer, promover e divulgar o voluntariado jovem através do estímulo à apresentação de projetos inovadores nas áreas da solidariedade e saúde, economia social, educação e formação. A FACES – Financiamento e Apoio para o Combate à Exclusão Social, que em 2019 permitiu apoiar 15 entidades da economia social, num valor global de 300 mil euros, com o propósito de promover a empregabilidade das pessoas com deficiência, a inclusão de crianças e jovens em situações de risco ou respostas inclusivas para famílias vulneráveis e pessoas sem-abrigo.

Estes projetos pretendem agitar a sociedade civil, sobretudo os jovens, colocando-lhes como desafio a criação de projetos que sejam socialmente inovadores.

Não tendo como propósito centrar sobre si e os seus projetos a sua atuação, a Fundação Montepio apoia de uma forma ativa vários outros projetos, onde se destaca o Grupo de Entreatuda para a Procura de Emprego, e estabelece parcerias com projetos inovadores, sendo de destacar o Impacto Social.

Hoje a A.M.M. é a maior organização da economia social em Portugal e em conjunto com as suas participadas, forma o Grupo Montepio, potencia e dá um valioso contributo para o desenvolvimento do país e da sociedade em geral, nas suas diversas vertentes (económica, financeira, social, cultural, artística, desportiva e da ciência), levando o mutualismo cada vez mais longe, tendo proporcionado uma mudança de mentalidades e perspetivas sobre os benefícios do movimento mutualista para o desenvolvimento e a coesão social do país.

Sob o lema “o que fazemos por si diz muito sobre nós” a Associação Mutualista está assim presente na Economia Social, na Cidadania, na Cultura, no Desporto e na Ciência, apoiando projetos nestas mesmas áreas.

No desporto um dos expoentes maiores da A.M.M. tem sido a realização da Corrida Montepio, a partir de 2013. Aliando o desporto à solidariedade, a organização da Corrida Montepio colocou na agenda nacional um evento que nos últimos sete anos contou com uma adesão crescente de atletas amadores e profissionais, cujo ponto

comum é a doação integral do valor das inscrições às Instituições designadas, em cada edição.

2. Instituições Beneficiárias

As Instituições que se apresentam de seguida são amplamente reconhecidas pela sociedade civil quanto à sua atuação em prol de causas sociais. Os beneficiários são pessoas socialmente excluídas pela sua condição social ou por algum tipo de limitação, famílias que necessitam de reingressar na sociedade, crianças em situação de vulnerabilidade social, tendo em comum a necessidade de se capacitarem e autonomizarem para um reingresso em pleno na sociedade.

✓ Cruz Vermelha Portuguesa

Com uma atuação baseada nos princípios fundamentais da Humanidade, Imparcialidade, Neutralidade, Independência, Voluntariado, Unidade e Universalidade, a Cruz Vermelha Portuguesa está presente com 170 estruturas em que colaboram 2 mil funcionários e 10 mil voluntários, beneficiando 1 milhão de pessoas.

O apoio é prestado nas áreas da saúde, educação, integração de recolocados, refugiados e reclusos e também às vítimas de violência doméstica.

O Programa Portugal Mais Feliz³ é um Programa nacional de intervenção social junto de grupos da sociedade mais vulneráveis com o objetivo de capacitar as pessoas para um processo de mudança/reestruturação dos seus projetos de vida e prestando a ajuda humanitária necessária (com alimentos, medicamentos, vestuário/calçado, pagamento de luz/água/gás, entre outros), dependendo dos recursos deste programa disponíveis a nível local.

O Programa Portugal Mais Feliz atua em três eixos:

- Mentoria, *coaching* e aconselhamento para pessoas desempregadas ou em situação de precariedade laboral;
- Apoio financeiro para a aquisição de bens básicos e na gestão do sobre-endividamento;

³ Disponível no Portal da Cruz Vermelha: <https://www.cruzvermelha.pt/apoio-social/portugal-feliz/item/183-mais-feliz.html>

- Assistência técnica e psicológica para a gestão das prestações sociais.

Os beneficiários do programa são:

- Agregados Unipessoais;
- Crianças;
- Famílias com pessoas dependentes a cargo ou pessoas com deficiência;
- Famílias com problemáticas de saúde crónica altamente incapacitante e/ ou onerosa;
- Famílias monoparentais;
- Famílias numerosas;
- Mulheres vítimas de violência doméstica;
- Seniores.

O Programa gera apoios ao nível Social:

- Encaminhamento para organizações parceiras adequadas, principalmente, nos casos de saúde, habitação, educação, emprego, direitos e deveres sociais;
- Apoio jurídico (dentro e fora do tribunal): regulação de responsabilidades parentais, reduções de penhora de vencimentos, divórcios, entre outros;
- Apoio na renegociação de dívidas e créditos: ajudar a ajustar o orçamento familiar mensal aos compromissos financeiros; sessões individuais ou em grupo, gestão do orçamento familiar (literacia financeira).

E ao nível Económico:

- Saúde: apoio para medicamentos;
- Necessidades essenciais: alimentos, produtos de higiene, água, luz e gás;
- Necessidade de eletrodomésticos: fogão, aquecedor, frigorífico, etc.;
- Necessidades educativas: material escolar e manuais.

A Cruz Vermelha Portuguesa efetuou, em 2015, a análise SROI ao programa, relativamente ao período de fevereiro de 2014 a maio de 2015, o que permitiu concluir que as principais mudanças operadas pelo programa foram:

- Melhorias no bem-estar emocional dos beneficiários;
- Aumento da sustentabilidade financeira dos beneficiários;

A análise SROI identifica um rácio de retorno social de 1:8, por cada €1 investido são gerados €8 de valor social.

✓ **Cáritas Portuguesa**

Assegurar a presença junto dos mais pobres e mais excluídos, com a missão de promoção da pessoa humana e de devolver a dignidade à pessoa humana, é onde assentam os valores da Cáritas Portuguesa:

- A Centralidade e Dignidade da Pessoa Humana;
- A Misericórdia;
- Igualdade de Oportunidades;
- A Opção pelos Pobres;
- O Cuidado da Criação;
- O Destino Universal dos Bens da Terra;
- A Solidariedade;
- A Subsidiariedade, a Cooperação e a Comunhão Fraterna.

O Projeto Prioridade às Crianças⁴ instituído em 2008, através de Carta Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa, prevê a existência de um grupo de ação social em cada paróquia, dedicado às crianças em situação social mais desfavorecida e desprotegida.

O Programa Prioridade às Crianças tem como Missão:

- Sinalizar e acompanhar cada caso;
- Zelar pelo respeito dos direitos das crianças;
- Assegurar o acesso aos serviços necessários;
- Prestar as ajudas possíveis;
- Cooperar com as comissões de proteção de crianças e jovens e com outros serviços que atuem neste domínio.

Os Objetivos do Programa são:

- Prestar atenção permanente às situações de vida das crianças, e respetivas famílias, a nível paroquial, diocesano e nacional;
- Identificar os casos de Crianças e Jovens em Perigo, designadamente, pobreza, negligência, abandono, maus tratos e abuso;
- Acompanhar os casos identificados;

⁴ Disponível no Portal Cáritas, <https://caritas.pt/criancas-e-jovens/>

- Encontrar respostas adequadas à remoção do perigo e encaminhar para as instâncias competentes os problemas identificados, no respeito pelo princípio da subsidiariedade de intervenção;
- Avaliar e estudar todas as situações detetadas;
- Propor medidas/soluções adequadas para os problemas sem resposta;
- Denunciar as omissões e atuações incorretas que vão subsistindo.

✓ **Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC)**

A LPCC nasce da iniciativa do Dr. Gentil Martins em 1941, com intuito de substituir o Estado na sua função assistencialista junto dos doentes de cancro, com os princípios da Humanização e da Solidariedade. É hoje em Portugal a entidade de referência no apoio ao doente oncológico e à sua família com uma aposta centrada na prevenção e no incentivo à formação e investigação na área oncológica.

Com o objetivo da humanização dos doentes e das suas famílias os colaboradores e voluntários da LPCC pautam a sua atuação pelos valores da:

- Sensibilidade;
- Equidade;
- Ética;
- Respeito;
- Compromisso;
- Responsabilidade;
- Transparência.

LPCC prossegue os seguintes objetivos:

- Divulgar informação sobre o cancro e promover a educação para a Saúde, com ênfase para a sua prevenção;
- Contribuir para o apoio social e a humanização da assistência ao doente oncológico, em todas as fases da doença;
- Cooperar com as Instituições envolvidas na área da oncologia, nomeadamente os Centros do Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil e os Hospitais das Regiões Autónomas;
- Estimular e apoiar a formação e a investigação em oncologia;
- Estabelecer e manter relações com Instituições congéneres nacionais e estrangeiras;

- Desenvolver estruturas para as prevenções primária e secundária, tratamento e reabilitação, isoladamente ou em colaboração com outras entidades;
- Defender os direitos dos doentes e dos sobreviventes de cancro.

As principais fontes de financiamento da L.P.C.C. são o peditório nacional, que decorre durante quatro dias, organizado pelos núcleos regionais com recurso a voluntários e organizações da sociedade, como escuteiros, escolas, juntas de freguesia. É cada vez mais frequente a Liga receber doações e heranças. O aumento da responsabilidade social das empresas também tem permitido um incremento nas receitas da Liga.

✓ **Associação Dignitude**

A Associação Dignitude foi criada em 2015 com o estatuto de IPSS e procura dar respostas sociais para a promoção da qualidade de vida e bem-estar dos portugueses e com o propósito de desenvolver o Programa ABEM, Rede Solidária do Medicamento, criado em 2016, como resposta precisa e concisa a quem não dispõe de meios para adquirir os seus medicamentos. A ABEM nasce da parceria entre a Dignitude, a Cáritas e a Plataforma Saúde em Diálogo, do Setor da Saúde, trata-se de uma iniciativa com o apoio de Portugal Inovação Social e cofinanciado pelos fundos da União Europeia.

O Programa Abem: Rede Solidária do Medicamento funciona a nível nacional a partir de uma rede colaborativa constituída por Instituições locais, autarquias, Cáritas. Devido à sua proximidade à realidade local aquelas Instituições possuem a capacidade para a referência e avaliação das famílias. O acesso aos medicamentos é assegurado pelo Fundo Solidário ABEM para que contribuem os donativos das entidades da rede colaborativa, de empresas, particulares, farmácias ABEM, 100% destes donativos são utilizados na co participação dos medicamentos.

Na Avaliação SROI efetuada ao programa apresenta um índice de 7,8, cada Euro investido está a resultar em €7,8 de valor social. O Programa está ativo em 20 distritos, conta com 177 entidades parceiras, 861 farmácias, 15074 beneficiários e 8320 famílias.

Segundo a Dignitude o Programa ABEM é rápido, eficaz, seguro e rastreável.

✓ **Associação Deficientes das Forças Armadas (ADFA)**

Em 1974 foi criada a ADFA com o objetivo de demonstrar à sociedade pós 25 de Abril a existências das pessoas com deficiência, em geral, e em particular os militares com deficiência adquirida no cumprimento de serviço militar.

O principal propósito da ADFA é a promoção dos direitos dos militares deficientes para que estes possam exercer a sua cidadania em pleno, os seus objetivos são a defesa e a promoção dos interesses sociais, económicos, culturais, morais e profissionais dos seus associados.

A ADFA é uma Organização Não Governamental (ONG) reconhecida como pessoa coletiva de direito público desde 1981. Conta com 12 delegações a nível nacional, com 12257 associados.

O projeto “Residências Assistidas Quinta das Camélias” tem como objetivos a readaptação e requalificação do espaço para a criação de uma estrutura residências assistidas para os militares portadores de deficiência e familiares. Esta unidade conta com um centro de interpretação do combatente e um equipamento de apoio ao envelhecimento bem-sucedido.

✓ **Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO)**

A ACAPO, foi constituída em 1989, e tem conferido o estatuto de IPSS. Com a missão de defender os direitos das pessoas com deficiência visual e promover a sua inclusão socioprofissional, promovendo a sua qualidade de vida alertando em simultâneo a sociedade para a necessidade de inclusão destas pessoas.

A ACAPO presta serviço de apoio, aconselhamento e de reabilitação às pessoas com deficiência visual, que podem ser nas atividades de vida diária, na mobilidade, formação e emprego ou no desporto. O apoio é efetuado em parceria com outras entidades (empresas ou particulares) com o objetivo da inclusão.

Com o objetivo da proximidade dos seus associados a ACAPO está presente em 13 capitais de distrito através de delegações.

Para além de presença física a ACAPO pretende estar próxima das pessoas com deficiência visual através de várias valências:

- Serviços de Reabilitação: com o intuito de não provocar um processo de reabilitação em quem adquire a condição de deficiente visual a ACAPO pretende prestar um serviço que ajude ao normal desempenho das atividades do quotidiano, como a circulação na rua, adaptação da sua condição ao posto de trabalho, procura de emprego;
- Representação de Direitos: a ACAPO é a Instituição que representa os cegos e ambliopes, com certificação da APCER para o efeito. A nível nacional e internacional é a Instituição de referência para a defesa dos interesses de pessoas com deficiência visual;
- Serviços para a Comunidade: pretende capacitar a sociedade civil para a inclusão de pessoas com deficiência visual, desde a acessibilidade à produção de documentos em Braille a ACAPO é o agente dinamizador;
- Projetos: são vários os projetos em que a ACAPO é a entidade mentora ou apenas parceira, sempre com o objetivo da inclusão social;
- Protocolos: a nível nacional e local são vários os protocolos estabelecidos pela ACAPO com o objetivo da promoção da qualidade de vida dos seus beneficiários.

Tomé Coelho, Presidente da Direção Nacional da ACAPO, afirmou à data do evento que “o nosso envolvimento nesta iniciativa é sinal das parcerias frutíferas que temos conseguido aprofundar, neste caso com a Associação Mutualista Montepio, e um reconhecimento do impacto do nosso trabalho na sociedade civil.”

✓ **Comunidade Vida e Paz**

Presente na sociedade desde 1988 e como pessoa coletiva de utilidade pública desde 1989, atua junto de pessoas que vivem em situação de sem abrigo ou de vulnerabilidade social. Atua sob o lema “a rua não é um beco sem saída” com o objetivo de dar dignidade à vida de todos que apoia.

Conta com 127 colaboradores e 605 voluntários que se distribuem em equipas de rua e comunidades terapêuticas e de inserção. Em 2018, a média diária de pessoas apoiadas na rua foi de 430, com a distribuição de 140 mil ceias. Possui vários espaços

em todo o país que visam a reabilitação dos beneficiários com vista à sua reintegração na sociedade.

Atua sobre os princípios da: esperança; comunidade; equidade; solidariedade; verdade; compromisso; tolerância; espiritualidade; compaixão; gratidão.

Com o objetivo da reintegração dos seus utentes a Comunidade Vida e Paz dispõe de várias respostas sociais à inclusão dos seus utentes, cerca de 100 pessoas:

- 2 comunidades de inserção;
- 5 apartamentos de reinserção e/ou partilhados;
- 1 unidade de vida autónoma e um programa de acompanhamento pós-alta.

A Comunidade Vida e Paz tem como objetivo adequar os planos de formação ao potencial de cada utente, efetuando para tal o treino de competências pessoais e socioprofissionais que permitem a plena reintegração na sociedade.

A Comunidade de Inserção de Tomada localiza-se na Venda do Pinheiro e foi criada em 2006, com capacidade para 21 residentes as áreas profissionalizantes são agricultura, artes gráficas, carpintaria.

3. Metodologia

Para perceber o impacto social do donativo entregue pela Corrida Montepio a cada uma das Instituições beneficiárias o presente estudo efetua a análise com recurso a dois instrumentos, os estudos de caso e as entrevistas com guião semiestruturado a cada uma das Instituições envolvidas no Projeto Corrida Montepio. O objetivo é identificar as singularidades de cada Instituição/ projeto e a partir daí entender a importância do donativo na realidade de cada uma e o impacto social gerado.

Prodanov e Freitas (2013: 126) definem a forma como a estrutura para o trabalho académico deverá ser efetuada, tendo em conta os seus objetivos de investigação, considerando as classificações para cada critério de pesquisa. Tendo presentes os critérios para o desenho de pesquisa apresentados pelos autores, tentou-se estabelecer a classificação a adotar em cada critério, na presente investigação, como se apresenta no Quadro 7:

Quadro 7: Critério do Desenho da Investigação

Critério	Classificação	Descrição
Natureza	Aplicada	Pretende produzir conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos.
Método Científico	Fenomenológico	A fenomenologia preocupa-se em entender o fenómeno como ele se apresenta na realidade. Não deduz, não argumenta, não busca explicações (porquês), satisfaz-se apenas com o seu estudo da forma como é constatado e percebido no concreto (realidade).
Objetivo do Estudo	Explicativa	Procura identificar os fatores que causam um determinado fenómeno, aprofundando o conhecimento da realidade.
Procedimento Técnico	Estudo de Caso	Representa a estratégia preferida quando colocamos questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controlo sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenómenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.
Abordagem	Qualitativa	O ambiente natural é fonte direta para a coleta de dados, interpretação de fenómenos e atribuição de significados.
Clareza da Questão de Pesquisa	Sim ou Não	Procura medir a transparência das informações.
Tipos de Questão de Pesquisa	Como, por que, o que, quem, qual, quantos, quando, onde, ou não especificado	Indicar a questão central da pesquisa a partir da qual será desenvolvido o estudo.
Utilização de teste piloto	Sim ou Não	Facilitar para o pesquisador a determinação de unidades de análise, métodos de coleta/ análise de dados.

Fonte: Adaptado de Prodanov, Cleber e Freitas, Ernani (2013), p. 129

Enquanto estudo qualitativo pretendeu-se analisar cada uma das Instituições e apresentá-las segundo a sua perspetiva. A análise às respostas proporcionadas nas entrevistas teve como objetivos responder à pergunta de partida e testar as hipóteses em investigação.

3.1 Estudo de Caso

Citando Yin (2005: 32):

“Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos.”

Merinhos e Osório (2010, 52) citam Dooley, L. M., para dar ênfase à aplicabilidade do estudo de caso a situações da vida real. Enquanto forma de investigação aplicam-se sobretudo a investigações qualitativas, não ficando, contudo, cingidos às mesmas.

Segundo Reis (2018) o estudo de caso visa compreender fenómenos sociais complexos, através da interação entre várias componentes em estudo e pela verificação de hipóteses. Dificilmente um estudo de caso pode ser replicado para uma realidade diferente, devido à particularidade e especificidade das suas características.

O estudo de caso pode ter duas metodologias de investigação, única e múltipla, a primeira representa situações ímpares que dificilmente serão replicadas, a segunda permite alargar as hipóteses de investigação e estudar uma forma mais ampla vários pressupostos.

A realização de um estudo de caso tem subjacentes 8 fases, segundo Reis (2018, 117):

1. Aceder às fontes de informação que constituem o enquadramento teórico;
2. Definir qual o problema a investigar e enquadrar o estudo de caso como a metodologia a utilizar, explicitando as mais valias para a investigação;
3. Fundamentação teórica para o trabalho de campo;
4. Definir as hipóteses de investigação;
5. Definir os instrumentos de recolha de dados;
6. Descrever a análise dos dados com base nos métodos adotados;
7. Efetuar a análise com recurso a analogias com outras teorias, modelos e estudos de caso;
8. Elaborar as conclusões.

Enquanto estudo de caso esta investigação pretende recolher, analisar e interpretar a informação junto dos intervenientes do Projeto a Corrida Montepio.

3.2 Entrevista

Um dos instrumentos de recolha de dados no estudo de caso são as entrevistas, permite captar de forma qualitativa a perceção do entrevistado sobre a realidade e permite ao entrevistador retirar conclusões sobre o estudo de caso a elaborar.

A entrevista permite estudar vários temas, mas está mais orientada para investigações dirigidas a fenómenos qualitativos. Segundo Reis (2017, 92) os objetivos da entrevista encontram-se em quatro níveis:

1. Exploração do desconhecido;
2. Aprofundar conhecimentos sobre temas que exigem um maior nível de explicação para se entender a totalidade do fenómeno em estudo;
3. Verificação dos domínios já conhecidos, mas em que se pretende aferir a aplicação e evolução noutros contextos;
4. Controlo ou validação dos resultados da investigação.

As entrevistas podem realizar-se sobre a forma de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, devido à sua maior rigidez as primeiras limitam a intervenção de entrevistador e entrevistado, sendo a principal característica da segunda a flexibilidade.

Reis (2017, 92) identifica quatro fases na elaboração de uma entrevista:

1. Preparação: identificação dos entrevistados e a organização dos meios e do guião para a entrevista;
2. Introdução: explicação do papel do entrevistador e da importância da investigação;
3. Processamento: obtenção da informação pretendida para a entrevista;
4. Síntese: conclusão da avaliação da entrevista.

O quadro 8 apresenta as principais vantagens e desvantagens para a autora no recurso à entrevista como ferramenta de obtenção de dados.

Quadro 8: Vantagens e desvantagens da entrevista

Vantagens	Desvantagens
Obter muita informação num curto espaço de tempo e informações detalhadas.	A inibição ou pouca experiência do entrevistado a questões delicadas e à presença do entrevistador.
O índice de contestação amplo porque é comum os entrevistados concordarem falar sobre determinados temas.	A recolha de dados e a produção dos mesmos e a produção dos mesmos são em momentos diferentes, porque após a entrevista é necessário fazer a sua transcrição, categorização e codificação.
Possibilita analisar o comportamento oral e não oral do entrevistado	Requer custos financeiros.
A garantia de resposta por parte dos entrevistados. E no caso da utilização do telefone ou e-mail o retorno é rápido.	Por vezes é necessário entrevistar um elevado número de indivíduos, o que leva ao aumento do tempo despendido.

Fonte: Reis, Felipa Lopes (2018), p. 92

As entrevistas com os intervenientes das Instituições realizam-se através dos meios digitais, recorrendo a um guião semiestruturado, permitindo não delimitar as respostas dos entrevistados e conferindo-lhe, mesmo assim, um fio condutor entre as várias questões.

4. Resultados

4.1 O Projeto Corrida Montepio

O documento *Norms and Standards for Evaluation* (2016), da United Nations Evaluation Group (UNEG) define por *avaliação* “*promover a prestação de contas e a aprendizagem*”. No presente estudo não existe qualquer pretensão quanto à prestação de contas, mas sim de conhecer as Instituições e os Projetos, perceber qual o ponto de partida e o valor acrescentado pela integração no Projeto Corrida Montepio.

A Associação Mutualista enquanto Instituição de cariz e matriz da Economia Social é a mentora da Corrida Montepio, sob o lema “Corremos Uns Pelos Outros” convida a sociedade civil a participar na causa solidária promovendo em simultâneo a atividade física.

No decurso das sete edições da Corrida Montepio, entre 2013 e 2019, foram angariados cerca de €334.500, que foram entregues às Instituições e respetivos projetos apoiados em cada uma das edições. O Quadro 8 apresenta, por ordem cronológica, a Instituição/ projeto apoiado em cada edição e o montante atribuído.

Quadro 9: Corrida Montepio

Ano	Instituição	Projeto	Montante Atribuído
2013	Cruz Vermelha Portuguesa	Portugal Mais Feliz	€38.000
2014	Cáritas Portuguesa	Prioridade às Crianças	€55.000
2015	Liga Portuguesa Contra o Cancro		€63.000
2016	Associação Dignitude	Projeto ABEM	€60.000
2017	Associação Deficientes Forças Armadas	Projeto Residências Assistidas Quinta das Camélias	€43.000
2018	ACAPO		€40.000
2019	Comunidade Vida e Paz	Comunidade de Inserção da Tomada	€35.500

Fonte: Elaboração própria, baseado nas informações do evento

Sendo de admitir que a aplicação destes montantes trouxe benefícios às Instituições e aos projetos designados, o que se pretende é avaliar e se possível identificar qual o impacto social para os beneficiários do projeto.

Seguem-se as análises ao projeto Corrida Montepio segundo a entidade promotora do evento e as entidades beneficiárias em cada uma das edições.

4.1.1 O Projeto Corrida Montepio segundo a Associação Mutualista Montepio

Procurou-se conhecer junto da entidade promotora do evento os critérios de seleção das Instituições/ Projetos para a participação no Projeto a Corrida Montepio, de que forma são acompanhados, na fase a montante da atribuição do benefício, os projetos e as Instituições. A importância de os projetos apresentarem Impacto Social para o desenvolvimento do projeto referente à Corrida Montepio e a relevância do mesmo

para a Economia Social. O anexo 4 apresenta as questões que foram colocadas à A.M.M.

- **Seleção**

A A.M.M. enquanto Instituição mentora do Projeto Corrida Montepio tem a seu cargo a responsabilidade pela definição de critérios quanto à identificação das Instituições/ Projetos a apoiar. Não obedecendo a critérios quantitativos a A.M.M. procura identificar em cada Projeto a sua inovação, sustentabilidade e o impacto que o mesmo possa vir a ter na comunidade beneficiária. Não é de descurar para a entidade promotora do evento o conhecimento sobre a Instituição Beneficiária, o seu desempenho e atividade e a sua credibilidade.

As Instituições manifestam à entidade o interesse em associar-se ao Projeto a Corrida Montepio enquanto beneficiárias do mesmo ou apresentam um pedido de apoio para um determinado projeto. São Instituições, na sua maioria, de âmbito nacional.

Para a seleção dos projetos ou das Instituições beneficiárias a A.M.M. procura que estes apresentem impacto social positivo junto das comunidades beneficiárias, é esta a principal mais-valia a identificar no processo de seleção.

- **Exequibilidade**

A A.M.M. acompanha de perto as Instituições no desenvolvimento da sua atividade corrente, contudo nem sempre é possível acompanhar a execução dos projetos. Reconhece que essa dificuldade também está relacionada com o facto dos projetos se confundirem com a atividade corrente das próprias instituições.

A entidade promotora do evento não conseguiu identificar a mensuração do impacto social e a monitorização dos resultados junto de cada projeto / Instituição.

- **Impacto Social**

Para a entidade promotora do evento impacto social é a transformação/ efeito produzido (positivo ou negativo, direto ou indireto), resultante de determinada ação ou intervenção.

A apresentação de resultados mensuráveis na avaliação de um projeto é uma mais-valia, contudo a mensuração deverá ser flexível e não limitadora, pois nem todas as Instituições dispõem de meios humanos e financeiros suficientes para fazer uma avaliação mensurável exaustiva ao nível do impacto social, por se tratar de um processo dispendioso em que o custo é, por vezes, superior ao valor da própria implementação e desenvolvimento do projeto.

- **Relevância**

A Corrida Montepio tem vindo a promover o conhecimento e a interação do público em geral com as Instituições beneficiárias e com as causas que defendem e apoiam, sendo por isso uma iniciativa bastante relevante para a Economia Social.

4.1.2 O Projeto Corrida Montepio segundo as Instituições Beneficiárias

No contacto com cada Instituição procurou-se aferir da disponibilidade dos seus representantes para a resposta a um conjunto de questões (anexo 5), que permitissem identificar a existência do projeto a apoiar com o donativo proveniente da Corrida Montepio, e se o mesmo já existia antes da atribuição do donativo, bem como se o projeto foi desenvolvido apenas com o montante proveniente daquele donativo.

Não foi possível obter a colaboração da ACAPO para a resposta às questões colocadas.

Verificou-se numa primeira fase que uma das Instituições beneficiárias, a L.P.C.C., não apresentou nenhum projeto, destinando-se o donativo a suprir as necessidades na prossecução da sua atividade. Devido à inexistência do projeto não foi possível à L.P.C.C. a resposta às questões subsequentes.

A A.D.F.A. foi beneficiária da Corrida Montepio no ano de 2017, com o Projeto Residências Assistidas - Quinta das Camélias, cuja execução ainda não ocorreu, não sendo por isso possível a resposta às questões apresentadas.

Considerando a existência do projeto e a sua execução após a entrega do donativo procurou-se auscultar as Instituições quanto à forma como as necessidades são identificadas, quais são as respostas sociais a que a Instituição procura dar resposta e quais os beneficiários e *stakeholders* envolvidos.

Foi questionado a cada uma das Instituições quais os resultados esperados para os projetos e se os resultados atingidos correspondiam ao que tinha sido projetado. Na análise ao que tinha sido previamente planeado percebe-se o impulso que o donativo traz à escala de intervenção da Instituição, quais as mudanças produzidas pelo projeto no bem-estar dos seus “clientes” e quais os fatores internos ou externos suscetíveis de terem limitado ou impulsionado essas mudanças.

- **Existe Projeto a Apoiar?**

Nas sete Instituições beneficiárias o Projeto a Corrida Montepio identifica-se a existência de um projeto específico a apoiar com o montante proveniente do donativo em seis das Instituições.

- Cruz Vermelha Portuguesa: Portugal Mais Feliz;
- Cáritas: Prioridade às Crianças;
- Associação Dignidade: Projeto abem: Rede Solidária do Medicamento;
- Associação de Defesa das Forças Armadas: Projeto Residências Assistidas Quinta das Camélias;
- Comunidade Vida e Paz: Comunidade de Inserção da Tomada (Venda do Pinheiro);

A L.P.C.C. não dispunha de um projeto específico pelo que o montante angariado foi utilizado para a prossecução da normal atividade da Liga, em que se incluem as atividades:

- Prevenção do cancro;
- Apoio à formação e investigação em oncologia;
- Apoio social ao doente oncológico e aos familiares.

- **Já existia antes do donativo?**

As cinco Instituições que viram os seus projetos apoiados identificam a existência dos mesmos antes do donativo proporcionado pela Corrida Montepio. A principal mais-valia proporcionada pelo donativo foi permitir a melhoria da capacidade de resposta das Instituições perante os beneficiários do projeto.

No caso da ADFA, o Projeto de Desenvolvimento das Residências Assistidas, a Quinta das Camélias já existia à data do donativo. Contudo o mesmo ainda não foi desenvolvido, encontrando-se em fase de estudo e preparação.

- **Foi desenvolvido com o donativo?**

O facto de os projetos apoiados já existirem antes da atribuição do donativo permitia-lhes a alocação de um orçamento próprio para o seu desenvolvimento.

A Cruz Vermelha Portuguesa aumentou os recursos disponíveis para responder às necessidades dos beneficiários do Programa Portugal Mais Feliz.

O donativo permitiu a inclusão de mais beneficiários, como aconteceu com o Projeto abem: Rede Solidária do Medicamento, da Associação Dignidade.

A Comunidade Vida e Paz identifica como mais-valia proporcionada pelo donativo o facto de ter conseguido melhorar a capacidade e qualidade da resposta perante os utentes da Comunidade de Inserção da Tomada.

O Programa Prioridade às Crianças da Cáritas já existia em 2014, data da atribuição do donativo, e o seu desenvolvimento não foi efetuado, apenas, com a verba proveniente do mesmo.

- **Identificação das necessidades.**

O Programa Portugal Mais Feliz foi criado pela Cruz Vermelha Portuguesa como resposta às necessidades de famílias em situação mais vulnerável, com o objetivo de melhorar as suas competências técnicas e sociais.

A Cáritas identifica as necessidades da comunidade localmente através dos grupos paroquiais, sendo a Cáritas Diocesana a entidade responsável pela submissão das candidaturas junto do Programa Prioridade às Crianças.

Na Associação Dignidade, o Projeto abem: Rede Solidária do Medicamento identifica que 1 em cada 5 portugueses não consegue adquirir os medicamentos que lhe são prescritos, por não dispor de dinheiro para os pagar. Conscientes desta realidade e sustentados em estudos da OCDE e da Universidade de Lisboa, segundo os quais o

acesso aos medicamentos é limitado por carências económico-financeiras, o que gera um problema de elevadas desigualdades sociais no acesso à saúde, utilizam os seus parceiros para identificar a população mais vulnerável.

A Comunidade Vida e Paz identificou a Comunidade de Inserção da Tomada devido à inexistência de financiamento externo e à resposta social específica que esta Comunidade dá aos seus utentes, com o objetivo da sua capacitação.

- **Respostas sociais beneficiadas.**

O Programa Portugal Mais Feliz atua sobre três eixos:

- Mentoria para aconselhamento de pessoas em situação de desemprego ou em precariedade laboral;
- Apoio financeiro às famílias para o suporte das despesas básicas, a gestão do sobre-endividamento e as doações de bens como roupa, alimentos e medicamentos;
- Assistência técnica e social para a gestão das prestações sociais e as respetivas candidaturas.

Na Cáritas a resposta social beneficiária foi o Projeto Prioridade às Crianças, cuja gestão está a cargo da Cáritas Portuguesa.

A Associação Dignidade, enquanto promotora do Programa abem: Rede Solidária do Medicamento, tem como objetivo permitir o acesso à medicação sujeita a receita médica e comparticipada pelo Serviço Nacional de Saúde a pessoas com carências socioeconómicas devidamente comprovadas. É assegurado pelo Programa abem: o pagamento da fração não comparticipada, dando acesso aos medicamentos essenciais à vida àqueles que não têm capacidade financeira para o fazer. Esta comparticipação é assegurada pelo Fundo Solidário abem: exclusivamente utilizado para a aquisição de medicamentos para os beneficiários apoiados pelo Programa abem: Rede Solidária do Medicamento.

A Comunidade Vida e Paz, na Comunidade de Intervenção da Tomada, dispõe de uma resposta social para treinar as competências dos utentes internados com o objetivo da sua reinserção na sociedade.

- **Principais beneficiários e stakeholders.**

Os beneficiários do Programa Portugal Mais Feliz são as pessoas em situação social mais vulnerável, devido a baixos rendimentos. O programa é desenvolvido pela Cruz Vermelha Portuguesa com o apoio das delegações locais. Para além dos beneficiários tem como *stakeholders* as delegações locais e os serviços centrais da CVP, os voluntários e os patrocinadores e doadores.

No Programa Prioridade às Crianças da Cáritas os beneficiários foram as crianças apoiadas pelo Programa, os seus *stakeholders* são as Cáritas Diocesanas e as Comunidades locais onde as crianças estão inseridas.

O Programa abem: tem como beneficiários qualquer cidadão que não disponha de capacidade financeira para fazer face à aquisição da sua medicação. A referenciação é efetuada por uma rede de parceiros locais, autarquias, IPSS's, Cáritas e misericórdias que, através de uma condição de recursos, identificam os cidadãos em situação de carência económica. Depois de referenciados, os beneficiários recebem o seu cartão abem, com o qual se podem dirigir a qualquer Farmácia abem: do país e aceder com 100% de comparticipação à medicação sujeita a receita médica e comparticipada pelo Serviço Nacional de Saúde.

Os *stakeholders* do Programa abem: são os beneficiários, farmácias, promotores, parceiros, associados, voluntários, doadores e colaboradores. A Associação Dignidade tem como associados promotores a Cáritas Portuguesa, a Plataforma Saúde em Diálogo, a Associação Nacional das Farmácias e a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica. A estes, juntaram-se através de Protocolos Institucionais, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Misericórdias Portuguesas, a Associação de Farmácias de Portugal e a Associação Nacional de Municípios Portugueses. O Programa abem: Rede Solidária do Medicamento assenta numa rede colaborativa, da qual fazem parte entidades referenciadoras locais (Autarquias, IPSS's, Cáritas e Misericórdias), empresas doadores, cidadãos solidários e farmácias. Também os Voluntários abem, Núcleos e Associações de Estudantes

colaboram ativamente na dinamização do Programa abem, participando nas campanhas e eventos promovidas pelo abem:.

Na Comunidade Vida e Paz, os beneficiários foram os 41 utentes inseridos na Comunidade de Inserção da Tomada. Os stakeholders identificados foram os utentes e profissionais da Comunidade Vida e Paz.

- **Resultados a alcançar.**

O Programa Portugal Mais Feliz tem como principal objetivo a mudança de comportamentos dos seus beneficiários, melhor a auto-estima, motivação, confiança e autonomia, como forma de promover o emprego e as competências empreendedoras. Pretende mudar a atitude de quem se encontra excluído.

Os principais resultados a alcançar pelo Programa são o apoio social e jurídico para as famílias, tais como a organização e gestão do orçamento familiar, a responsabilidade parental, a articulação com outras entidades de pedidos de apoio. E o apoio financeiro para suprir necessidades específicas, como são a medicação, comida, higiene, a educação.

Na Cáritas, com o Programa Prioridade às Crianças, o objetivo é suprir as necessidades específicas do agregado familiar do beneficiário, no campo educativo, da saúde e do bem-estar.

Para o Programa abem: o objetivo é apoiar o máximo de beneficiários possíveis, até ao final de 2020 o programa estimava apoiar 20.000 beneficiários, permitindo a inclusão de mais famílias e possibilitando-lhes o acesso sem reservas aos medicamentos que necessitam que regularmente.

A pretensão da Comunidade Vida e Paz com a Comunidade de Inserção da Tomada é manter a resposta perante os 41 utentes da Comunidade, para permitir a sua capacitação e inserção na sociedade.

- **De acordo com o projetado?**

O Programa Portugal Mais Feliz existe desde 2012 enquanto continuidade de programados dirigidos para famílias em situação de vulnerabilidade social.

O programa desenvolveu um total de 565 ações, entre Fevereiro de 2014 e Maio de 2015, que compreendem:

- 13 ações de suporte técnico, prestações sociais e negociações de empréstimos;
- 54 ações de apoio financeiro;
- 249 ações de assistência social;
- 249 ações de apoio psicológico.

Para a Cáritas os resultados atingidos correspondem à expectativa para o Programa Prioridade às Crianças.

Com o donativo proveniente da Corrida Montepio, no montante de €60.000, o Programa abem: conseguiu integrar 600 novos beneficiários, permitindo apoiar os mesmos durante aproximadamente 1 ano, estes resultados correspondem à expectativa quanto ao projeto.

A Comunidade Vida e Paz não identifica desvios face ao preconizado para o projeto da Comunidade de Inserção da Tomada, contudo à data da análise alguns dos beneficiários ainda se encontravam no programa.

- **Impulso para a escala da intervenção.**

A Cruz Vermelha Portuguesa identifica um investimento superior a 340.000€, no período referente a Fevereiro de 2014 a Maio de 2015, em que se inclui o benefício atribuído pela Corrida Montepio. Este donativo foi atribuído ao Programa Portugal Mais Feliz, na sua globalidade, incluindo-se por isso no SROI calculado pelo Programa de 8:1, por cada 1€ investido são gerados 8€ de valor social.

Para a Cáritas a escala de intervenção da Instituição e do Programa manteve-se, face ao que até aí vinha a ser implementado.

O Programa abem: viu no donativo da Corrida Montepio a possibilidade de alargar a dimensão da sua atuação, permitindo-lhe incluir mais beneficiários. A Associação Dignidade identifica como impulso para a escala da sua intervenção o facto de uma

Instituição tão recente (constituída em Novembro de 2015, o apoio deu-se me Outubro de 2016) ter sido associada ao Projeto Corrida Montepio, o que trouxe notoriedade e reconhecimento público a uma Instituição bastante recente.

A atribuição do donativo permitiu à Comunidade Vida e Paz a libertação de verbas que já estavam alocadas ao projeto da Comunidade de Inserção da Tomada para outras respostas e investimentos na Instituição.

- **Mudanças Produzidas.**

O Programa Portugal Mais Feliz identifica como as principais mudanças operadas:

- Melhoria nas competências para a vida;
- Melhoria no bem-estar físico;
- Melhoria no bem-estar emocional;
- Melhoria no bem-estar social;
- Melhorias na educação e na aprendizagem ao longo da vida;
- Aumento da sustentabilidade financeira.

Para além das mudanças positivas o programa identificou como mudança negativa a desmotivação por expectativas excessivas.

Os beneficiários do Programa Prioridade às Crianças da Cáritas viram as suas situações de carência económica serem minoradas com o montante atribuído pelo donativo da Corrida Montepio. Foi igualmente possível prevenir o agravamento da situação de risco social em que as famílias beneficiárias se encontravam.

Após dois anos de atividade do Programa abem: Rede Solidária do Medicamento foi efetuado um estudo de avaliação de impacto, recorrendo à metodologia do SROI. Concluiu-se que por cada euro doado ao abem: se verificava um retorno social de €7,80. Nesta análise foram incluídos todos os stakeholders do Programa beneficiários, farmácias, promotores, colaboradores, parceiros, associados, voluntários e doadores. As mudanças de longo prazo junto dos beneficiários são:

- Para as crianças: o aumento da qualidade de vida, o aumento da estabilidade emocional e o reforço da coesão familiar;

- Para os adultos: a redução do absentismo, o aumento da autoestima, o aumento da estabilidade financeira e o aumento da qualidade de vida;
- Para os idosos: o aumento da qualidade de vida, a redução das dívidas e o bem-estar psicológico.

Uma vez que a resposta social proporcionada pela Comunidade de Inserção da Tomada já existia antes da atribuição do donativo a Comunidade Vida e Paz não efetuou a medição das mudanças produzidas no bem-estar dos utentes.

- **Impacto limitado ou impulsionado?**

O cálculo do SROI efetuado pela Cruz Vermelha Portuguesa permite aferir que o Programa Portugal Mais Feliz por cada 1€ investido gera 8€ de valor social. A Corrida Montepio é um dos *stakeholders* do programa, permitindo o seu desenvolvimento e operar as mudanças sociais identificadas.

Nos apoios monetários concedidos pela Cáritas, enquadrados no Programa Prioridade às Crianças, estes não excederam 75% do montante referente à aquisição de bens e serviços para as famílias. Existiu um desafio ao beneficiário, à família e à comunidade para a contribuição possível à resolução dos problemas para os quais solicitou apoio, daqui resultou um maior empoderamento e autonomia da família e até da comunidade.

O impacto do Programa abem: Rede Solidária do Medicamento encontra-se espelhado nos milhares de vidas que são apoiadas diariamente, bem como nos resultados obtidos aquando da aplicação da metodologia SROI, que concluiu que por cada euro investido há um retorno social de 7,8€, que já contava com a atribuição do donativo da Corrida Montepio. Estes resultados foram impulsionados pela rede colaborativa que integra este projeto, que interliga o setor social ao setor da saúde. É de salientar que o Programa abem: Rede Solidária do Medicamento é uma iniciativa apoiada pela Portugal Inovação Social, através de fundos da União Europeia.

O facto de a resposta social já existir levou a que a Comunidade Vida e Paz não medisse o impacto proporcionado pelo donativo da Corrida Montepio junto da Comunidade de Inserção da Tomada.

4.2 Aplicação da Teoria da Mudança

Regressando à lógica estabelecida pela Teoria da Mudança, no Capítulo 1, é possível verificar pelas respostas proporcionadas pela Cruz Vermelha Portuguesa, a Cáritas, a Associação Dignidade e a Comunidade Vida e Paz, a cadeia entre *inputs*, atividades, *outputs*, *outcomes* e impacto se encontra presente nos projetos de cada uma das Instituições.

De forma transversal todas as Instituições identificam que os resultados atingidos pelo projeto se encontram de acordo com o projetado. São identificadas mudanças produzidas nos beneficiários dos projetos e verifica-se que o donativo proporcionado pela Corrida Montepio não limitou os projetos.

De uma forma gráfica estabelece-se a Teoria da Mudança para cada um dos projetos, a partir das respostas facultadas.

- **Cruz Vermelha Portuguesa – Portugal Mais Feliz**

A C.V.P. criou o Projeto Portugal Mais Feliz em 2012, com o objetivo de dar continuidade aos projetos existentes até à data e para responder às necessidades de agregados familiares afetados pela crise económica de 2008. Procura desenvolver a capacidade de trabalhos dos beneficiários, seja através do seu empreendedorismo, no aumento das competências e na mudança de atitude para enfrentar as situações em que se encontram.

Durante o período de fevereiro de 2014 a maio de 2015 o projeto respondeu às necessidades de 400 agregados familiares, (1600 pessoas), através de um investimento de €341.750, em que se encontra incluído o benefício atribuído pela Corrida Montepio. Numa observação até 2017, verifica-se que o valor social gerado foi de €2.763.567,68, o que permite gerar €8 de valor social por cada €1 investido. O projeto é desenvolvido pela CVP, com os seus serviços centrais, as 60 delegações e os voluntários.

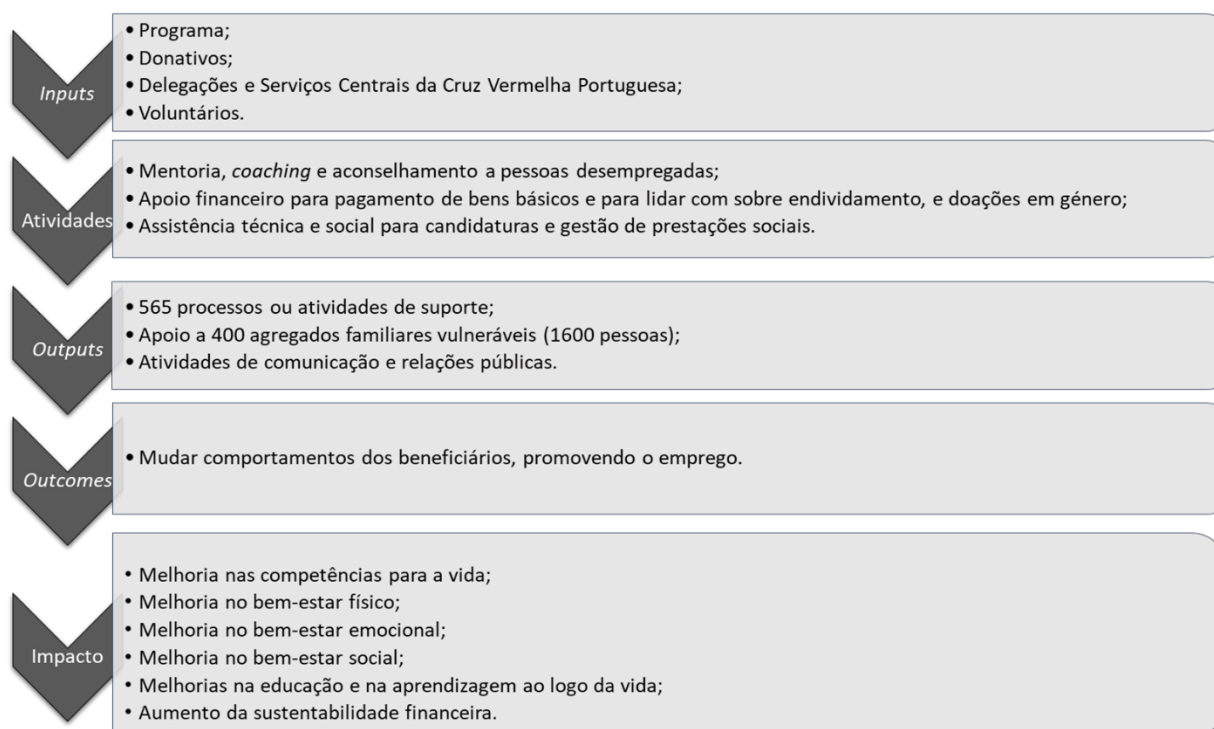
As principais mudanças sociais observadas são a melhoria do bem-estar dos beneficiários, reveladora da sua capacitação, e o aumento da sua sustentabilidade financeira.

O projeto identifica seis mudanças sociais positivas e uma negativa:

- Melhoria nas competências para a vida, a promoção do emprego e das competências empreendedoras permitem a autonomização dos beneficiários e a mudança de comportamentos perante as situações adversas em que se encontram;
- Melhoria no bem-estar físico, o programa verificou que a reeducação alimentar permite não só reduzir problemas económicos, como de saúde e até de inclusão social;
- Melhoria no bem-estar emocional, o projeto revela-se proponderante na forma como os beneficiários com dependentes a cargo e familiares com problemas de saúde enfrentam a função de cuidador no futuro;
- Melhoria no bem-estar social, o impacto é sentido sobretudo nos beneficiários melhor inseridos nas suas comunidades e com laços familiares mais fortes;
- Melhoria na educação e na aprendizagem ao longo da vida, é uma mudança presente em 65,7% dos agregados familiares, identificada em jovens e desempregados de longa duração;
- Aumento da sustentabilidade financeira, a criação de maior literacia financeira e o apoio na gestão do sobreendividamento estão presentes no projeto de forma a capacitar as famílias na gestão das suas finanças;
- Desmotivação devido a expectativas excessivas, para alguns beneficiários e *stakeholders* as expectativas quanto ao programa eram mais elevadas e almejavam um maior impacto do projeto nas suas vidas.

O projeto não consegue medir de forma isolada o impacto gerado pelo benefício monetário de €38.000 entregue pela Corrida Montepio, nem identificar os beneficiários que possam ter sido abrangidos pelo mesmo pois a atribuição foi efetuada ao projeto no seu todo. Deverá ser tido em conta o valor social gerado pelo projeto e as mudanças sociais operadas junto dos beneficiários e dos restantes *stakeholders*.

Figura 15: Teoria da Mudança - Portugal Mais Feliz



Fonte: Elaboração Própria, Adaptado de Logic Model Development Guide, W.K. Kellogg Foundation (2004)

• **Cáritas – Projeto Prioridade às Crianças**

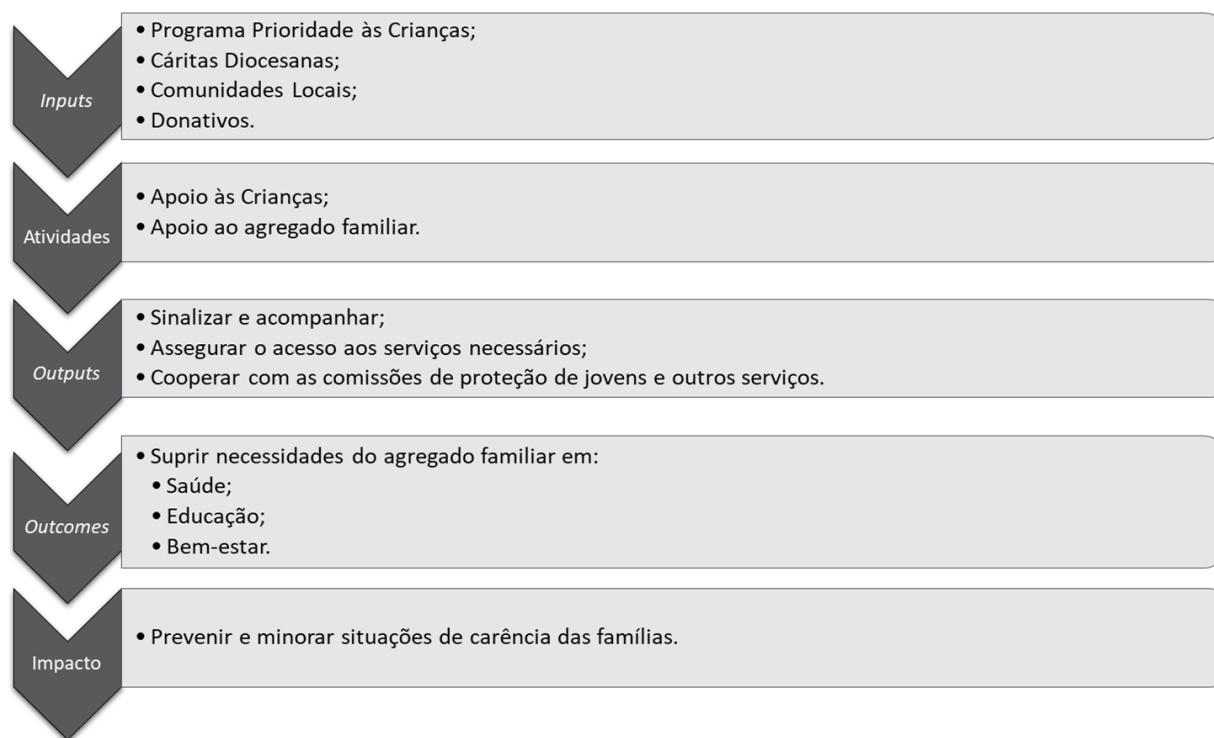
O Projeto Prioridade às Crianças teve o seu início após o alerta da Carta Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa, sob a situação de vulnerabilidade social das crianças. A Cáritas Portuguesa e as Cáritas Diocesanas são identificadas como as entidades ideais para operacionalizar o projeto, contado também com o apoio das comunidades locais, sempre que possível através do voluntariado.

O principal apoio é prestado através do acompanhamento dos casos sinalizados, encontrando soluções para os mesmos e servindo de ponte com as entidades oficiais. Os agregados familiares também são objeto de apoio sempre que essa necessidade é identificada. O projeto pretende garantir que nenhuma criança seja limitada no seu crescimento devido à falta de apoios.

Os principais apoios correspondem ao pagamento das mensalidades para a frequência de creches ou jardins de infância e no apoio à saúde através de consultas, próteses e ortóteses.

O projeto prima pela proximidade junto das crianças e dos seus agregados como o método para identificar, acompanhar e reportar as situações identificadas. O objetivo é que a atuação permita prevenir situações de vulnerabilidade social.

Figura 16: Teoria da Mudança - Prioridade às Crianças



Fonte: Elaboração Própria, Adaptado de Logic Model Development Guide, W.K. Kellogg Foundation (2004)

- **Associação Dignidade – Projeto abem: Rede Solidária do Medicamento**

Tinha decorrido menos de um ano desde a fundação da Associação Dignidade quando o Projeto abem: rede solidária do medicamento beneficiou do apoio monetário da Corrida Montepio, no montante de €60.000.

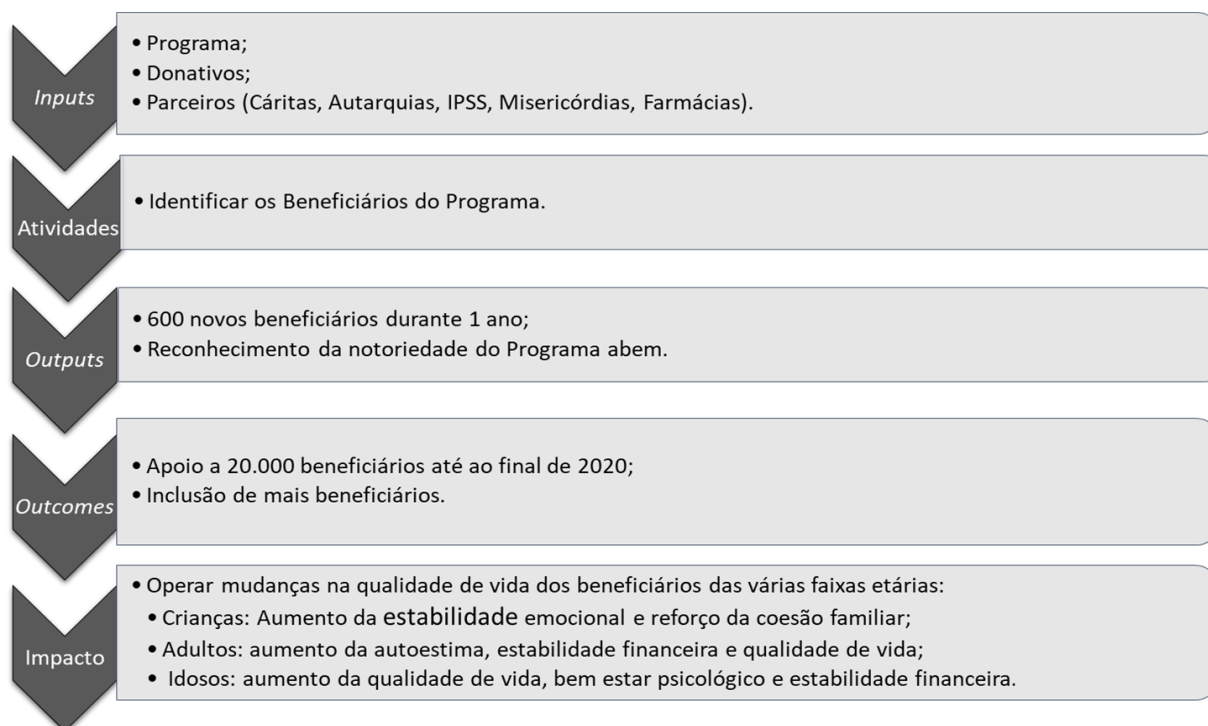
Numa articulação entre o setor social, com a Cáritas e a Plataforma Saúde em Diálogo, e o setor da saúde através da Associação Nacional de Farmácias e a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica o Programa abem: tem como missão garantir que nenhum português fica sem acesso a medicação por falta de capacidade financeira, a Dignidade estima que um em cada dez portugueses não consegue pagar os medicamentos que ele ou alguém do seu agregado familiar precisa.

O Programa abem: é operacionalizado com a identificação dos beneficiários através das entidades referenciadoras locais, sendo atribuído um cartão de beneficiário que permite a co participação do custo dos medicamentos nas farmácias parceiras sem custos e burocracias, existe uma abrangência nacional.

O financiamento do programa é assegurado pelo Fundo Solidário abem: em que foi incorporado a totalidade do apoio concedido pela Corrida Montepio. O Fundo Solidário abem: é usado exclusivamente na co participação dos medicamentos prescritos aos beneficiários.

Segundo a Associação Dignidade o benefício atribuído pela Corrida Montepio permitiu integrar 600 novos beneficiários e manter-lhes o apoio durante um ano. O impacto sentido foi também no reconhecimento do Projeto abem: e da Associação Dignidade junto da sociedade e pela associação à marca AMM.

Figura 17: Teoria da Mudança - Projeto abem: Rede Solidária do Medicamento



Fonte: Elaboração Própria, Adaptado de Logic Model Development Guide, W.K. Kellogg Foundation (2004)

• Comunidade Vida e Paz – Comunidade de Inserção da Tomada

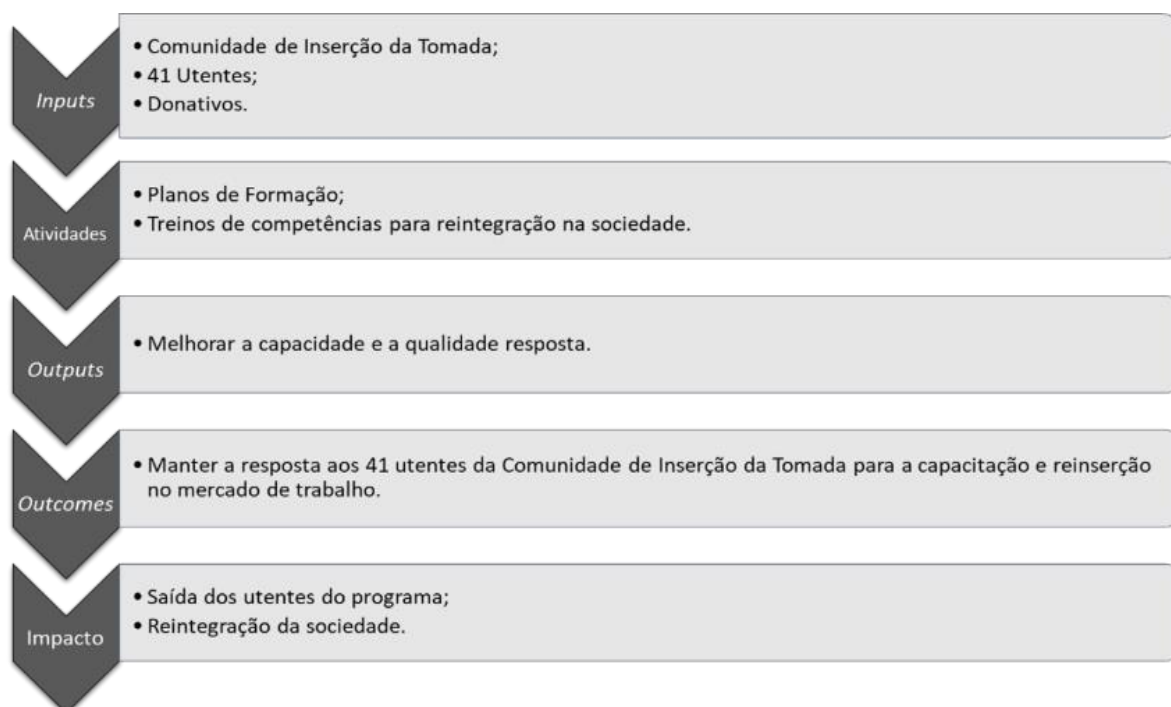
A Comunidade Vida e Paz organiza e gere comunidades de desabilitação, terapêuticas e de inserção.

A Comunidade de Inserção do Centro da Tomada acolhe utentes que concluíram o tratamento na comunidade terapêutica e carecem de apoio com vista à plena autonomia e à qualificação profissional para a inserção no mercado de trabalho.

A Corrida Montepio atribuiu em 2019 o benefício monetário de €35.000, à data encontravam-se na comunidade 41 utentes a quem foi possível melhorar a capacidade e qualidade de resposta. A atribuição da verba monetária também permitiu à Comunidade Vida e Paz libertar verbas para outras respostas sociais.

O objetivo da resposta social é a capacitação e autonomização dos utentes para a reinserção na comunidade e no mercado de trabalho, através do treino de competências sociais, pessoais e profissionais. O treino de competências ocorre nas áreas da jardinagem, artes gráficas e carpintaria.

Figura 18: Teoria da Mudança - Comunidade de Inserção da Tomada



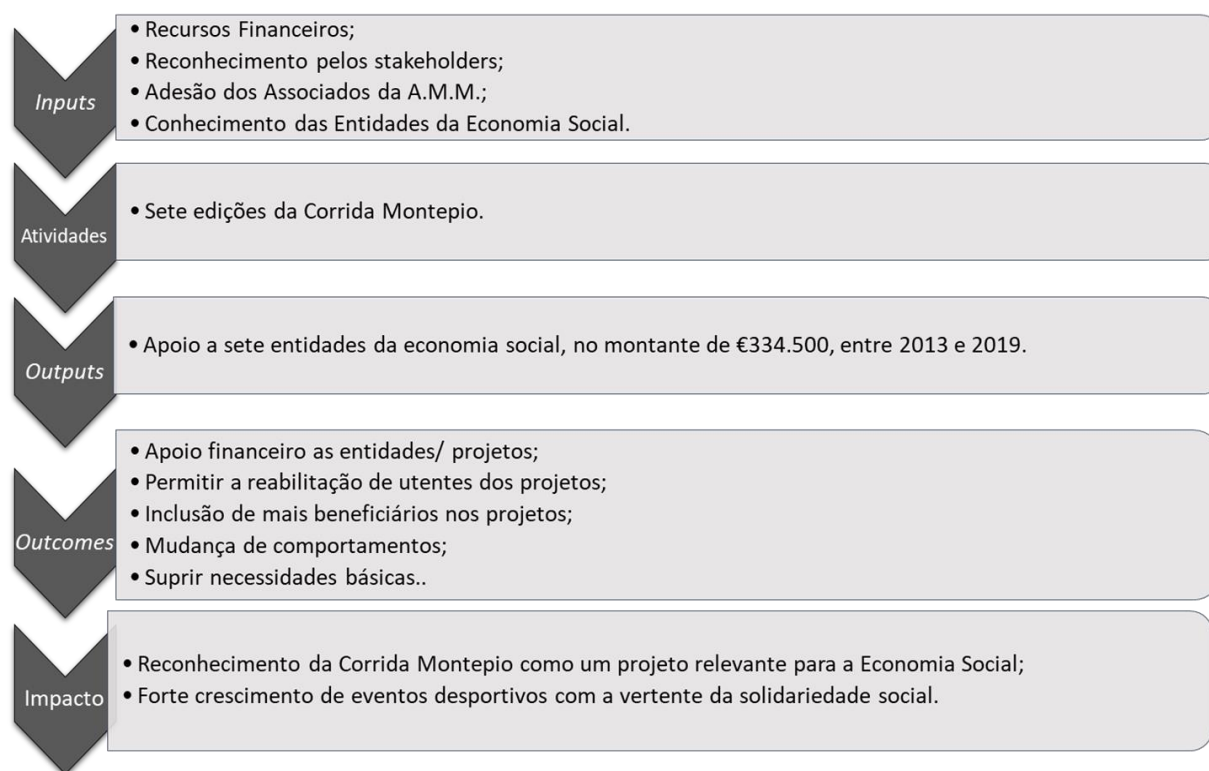
Fonte: Elaboração Própria, Adaptado de Logic Model Development Guide, W.K. Kellogg Foundation (2004)

• Projeto Corrida Montepio

A Corrida Montepio teve o seu início em 2013, e deu o mote para a realização de eventos desportivos totalmente solidários. Utilizando os canais de comunicação com os associados, os colaboradores do grupo e o público em geral os eventos foram objeto de uma ampla promoção, pela organização do evento, apelando à participação pela promoção da atividade física e pela vertente solidária das inscrições, em cada uma das edições.

No conjunto das sete edições a A.M.M. entregou um total de €334.500 às entidades da economia social selecionadas para cada evento. A A.M.M. procurou identificar as Instituições ou projetos mais relevantes para a economia social, que obtivessem em simultâneo o amplo reconhecimento da sociedade civil.

Figura 19: Teoria da Mudança - Corrida Montepio



Fonte: Elaboração Própria, Adaptado de Logic Model Development Guide, W.K. Kellogg Foundation (2004)

As Instituições e projetos apoiados têm em comum o facto de estarem presentes junto de população socialmente vulnerável, em muitos casos excluídos socialmente sendo preponderante a intervenção daquelas entidades nas suas vidas.

A gestão dos diversos projetos é efetuada através de apoio monetário, participação na aquisição de medicamentos prescritos, integração em programas de reabilitação social e que permitem a inclusão na sociedade, efetuar a referenciação junto das entidades oficiais de agregados familiares que requerem um acompanhamento de maior proximidade.

As Corridas aliaram à promoção da atividade física, que aumentou substancialmente o número de adeptos na corrida e caminha nos últimos anos, a solidariedade com a sua marca e das entidades da economia social, o que chamou a cada evento milhares de participantes.

4.3 Social Return on Investment (SROI)

Para Vítor Simões, coordenador da 4Change (2017):

“O SROI atribui valor monetário a mudanças de natureza não comercial, nomeadamente sociais e ambientais. Ao fazê-lo, dá-nos uma linguagem comum – em euros – para comparar o impacto gerado por diferentes organizações, tenham fins lucrativos ou não.”

O SROI enquanto medida de avaliação de impacto social permite ter uma perceção objetiva do retorno social gerado pelo projeto analisado, numa análise custo benefício. Assim quando o SROI apresentado é de 3:1, estamos perante um projeto que gera €3 de retorno social por cada euro investido.

A implementação do SROI permite às organizações duas vantagens essenciais:

- Melhorar a gestão dos projetos, já que se trata de um sistema de monitorização de desempenho;
- Captar mais financiamento, ao demonstrar o impacto da organização perante investidores.

Os elevados custos de implementação e a quantidade de recursos envolvidos para medição do SROI levam a que muitas Instituições ou projetos não o ponham em prática.

Nos projetos beneficiados pela Corrida Montepio apenas a Cruz Vermelha Portuguesa e a Associação Dignidade efetuaram a análise SROI para os projetos Portugal Mais Feliz e Projeto abem: rede solidária do medicamento, respetivamente. Esta análise foi efetuada aos projetos na sua globalidade, incidindo a análise no período em que ocorreu atribuição do donativo pela Corrida Montepio.

O projeto Portugal Mais Feliz analisou o período de fevereiro de 2014 a maio de 2015, com o objetivo de quantificar o valor social gerado e projetando o mesmo até maio de 2017. A Cruz Vermelha Portuguesa com o apoio do projeto 4change calculou o SROI do projeto Portugal Mais Feliz, em seis fases:

- Mapear a intervenção;
- Identificar recursos e atividades;
- Demonstrar mudanças e valor;
- Apurar o impacto;
- Calcular o SROI;
- Comunicar e Integrar.

O SROI gerado é de 1:8, por cada euro investido são gerados €8 de valor social.

A Associação Dignidade efetuou a análise SROI referente ao ano de 2017, com o objetivo de aferir o valor social gerado pelo Projeto abem: rede solidária do medicamento estava a criar e a sua eficiência. O estudo efetuado pela *Call to Action*, concluiu que por cada euro investido o projeto gera €7,8 de valor social.

Os dois projetos provocam mudanças positivas nos seus beneficiários, com melhoria da sua qualidade de vida no momento da intervenção do projeto, assim como no futuro.

Considerações Finais

I - Limitações à Investigação

O início desta investigação deu-se em março de 2020, data em que foi declarada a pandemia covid 19. Esta revelou-se a principal limitação à presente investigação por não permitir entrevistas presenciais com os diversos interlocutores dos projetos e Instituições e pela sobrecarga de trabalho que exigiu às Instituições, após a declaração

da Pandemia e o início do primeiro estado de emergência em Portugal. A sobrecarga de trabalho traduziu-se na colocação em funcionamento de planos de contingência das Instituições e na adequação das respostas sociais aos vários pedidos que resultam da Pandemia Covid 19. Estes fatores limitaram a disponibilidade dos intervenientes para a investigação.

O facto de a primeira edição da Corrida Montepio ter ocorrido em 2013 e à data da investigação o evento não se realizar há dois anos limitou um pouco o início da interação com os intervenientes das várias instituições.

Desde a atribuição dos donativos algumas Instituições tiveram mudanças nos seus órgãos diretivos e na sua organização. Noutros casos existiram alterações nos responsáveis dos projetos e até a sua saída da Instituição. Para se obterem respostas válidas e assertivas ao presente estudo os atuais interlocutores tiveram, também eles, que adquirir conhecimento sobre os projetos.

O projeto Corrida Montepio procurou identificar Instituições da economia social reconhecidas no panorama nacional, não sendo um requisito para a entidade promotora do evento a existência de um projeto específico a apoiar ou que o benefício atribuído fosse afeto a determinada valência do projeto. Esta abrangência na atribuição do apoio monetário não permitiu uma exata identificação dos beneficiários finais de cada projeto ou Instituição a que foi entregue o benefício.

A mensuração do impacto representa para as Instituições um investimento, para o qual o orçamento e os recursos são escassos ou praticamente inexistentes. Em cada uma das suas sete edições o projeto Corrida Montepio apoiou projetos já existentes, que na sua maioria se confundem com as próprias Instituições e a suas missões, sendo este um obstáculo à avaliação do impacto de forma isolada, do donativo.

Para além da análise efetuada junto de cada uma das Instituições beneficiárias, a autora remeteu aos seus responsáveis um questionário com questões direcionadas aos beneficiários dos projetos, não tendo obtido respostas por vários motivos:

- Saída dos utentes do programa, não se mantendo contacto com os mesmos;

- O donativo foi integrado na totalidade do programa, face à sua abrangência, não sendo possível identificar quais os beneficiários daquele apoio;
- O apoio foi prestado a menores, não permitindo a aplicação dos questionários aos mesmos, e nem ao seu agregado familiar.

Não obstante a impossibilidade de auscultar os beneficiários finais de cada um dos projetos quanto à sua perceção sobre o Projeto Corrida Montepio e os benefícios que o apoio concedido trouxe aos projetos que integravam e aos próprios não será de desvalorizar a perceção das próprias Instituições e os seus responsáveis sobre o impacto sentido com a atribuição do apoio.

II - Conclusões

A presente investigação iniciou-se com a pergunta de partida: “Qual o Impacto Social da Corrida Montepio através das Instituições Apoiadas?” e com a construção das hipóteses de estudo: 1) O donativo gerou impacto social na Instituição beneficiária; 2) O donativo gerou impacto social apenas no projeto da Instituição beneficiária. As conclusões resultam essencialmente da informação prestada pelas entidades envolvidas no Projeto.

No período temporal em que decorreu o projeto Corrida Montepio foram efetuadas duas publicações da CSES, verifica-se entre as publicações um aumento, significativo, do peso do setor da economia social na economia nacional, no que respeita ao VAB. O setor da economia social é um empregador por excelência, com aumento do emprego total e das remunerações entre 2013 e 2016.

Portugal é um dos países da União Europeia em que o conceito de economia social é amplamente reconhecido. A Constituição de 1976 considerava apenas o setor cooperativo, as revisões de 1989 e 1997 passaram a incluir os setores autogestionário e o sector social, respetivamente. A publicação da LBES em 2013 criou a base jurídico legal para a atuação do setor da economia social em Portugal.

A avaliação de impacto social dos projetos é essencial para a sua credibilização perante os *stakeholders* e a comunidade em geral. Na seleção da ferramenta de avaliação deve-

se atender às especificidades de cada projeto e à mudança social que se pretende medir.

Tratando-se da primeira análise de impacto social efetuada ao projeto Corrida Montepio entendeu-se ser importante a interação com as entidades beneficiárias, com o intuito de perceber a visão sobre o projeto antes da atribuição do donativo, a relevância do donativo para o projeto em causa e o seu impacto junto do mesmo.

A organização do evento identificou a Instituição/ Projeto a apoiar pela relevância da sua atuação e o impacto social gerado junto das comunidades em que operam, sendo os fatores distintivos o conhecimento das Instituições e o seu reconhecimento junto do público em geral.

As sete Instituições apoiadas pela Corrida Montepio têm em comum o facto de operarem no setor da economia social, distinguindo-se pela multiplicidade de áreas em que intervêm e as respostas sociais operadas. Através da interação com os responsáveis das Instituições envolvidas no projeto Corrida Montepio foi possível aferir a existência e o desenvolvimento de um projeto apoiado pelo donativo da Corrida Montepio, e conhecer os benefícios que o mesmo gerou.

Não identificando de forma concreta o resultado da atribuição do donativo pela Corrida Montepio, todas as Instituições são unânimes quanto à melhoria que o mesmo trouxe à capacidade de resposta junto dos beneficiários dos projetos, ao permitir a libertação de verbas financeiras para outras respostas sociais. Os objetivos preconizados pelas Instituições para cada um dos projetos não sofreram desvios com a atribuição do donativo. Para o Programa Abem: o donativo trouxe-lhe notoriedade e dimensão junto dos *stakeholders*, que não teria conseguido sem a associação à Corrida Montepio.

A limitação de recursos financeiros é uma das dificuldades sentidas, transversalmente, por todas as entidades beneficiárias do projeto Corrida Montepio, o que aumenta a preponderância do donativo junto de cada um dos projetos e dos utentes que beneficiaram dos apoios sociais concedidos. A escassez de recursos financeiros impede

a alocação de recursos à avaliação de impacto social dos projetos, assim como dos benefícios gerados pela entrega de donativos.

A aplicação da Teoria da Mudança foi efetuada com o objetivo de identificar as mudanças produzidas nos projetos através dos donativos proporcionados pela Corrida Montepio. A identificação dos inputs e das atividades é fornecida pela informação dos projetos e/ou Instituições que se encontra disponível nos seus portais eletrónicos, e reforçada pelas respostas proporcionadas às entrevistas. Nos *outputs* foram identificadas as mudanças imediatas geradas pelos projetos e os *outcomes* apresentam a perspetiva dos projetos quanto às mudanças de médio prazo, convergindo para o impacto.

A investigação aplicou a Teoria da Mudança aos projetos analisados devido à sua versatilidade e abrangência.

Os projetos Portugal Mais Feliz e abem: tiveram no seu decurso análise SROI, salienta-se o resultado positivo dos dois projetos. O Portugal Mais Feliz apresentou no período de fevereiro de 2014 a maio de 2015 um SROI de €8, enquanto a Rede Solidária do Medicamento no ano de 2017 gerou um retorno social de €7,8, por cada euro investido. Não obstante a importância da SROI, o Projeto abem: defende que mudança social mais valorizada é o aumento da qualidade de vida dos beneficiários.

O facto de os projetos se confundirem com a normal atuação das Instituições limitou a avaliação do impacto social de forma isolada do donativo, tal como a existência dos projetos à priori da atribuição de cada donativo.

Os donativos atribuídos pela Corrida Montepio revestem-se de uma importância primordial para as sete Instituições e os projetos desenvolvidos em cada uma delas. Não sendo possível dissociar os projetos das Instituições, e vice-versa, verifica-se que o donativo acrescentou valor à atuação destas Instituições, empoderou e capacitou os projetos junto dos seus *stakeholders*.

Referências Bibliográficas

- 4Change, (2015), Portugal Mais Feliz, Análise SROI Fevereiro 2014 – Maio 2015, acessado em 20 de dezembro de 2020, em:
https://www.cruzvermelha.pt/images/pdf/relatoriosroi_digital_pt.pdf
- 4Change: Análise SROI [online, s. d.], acessado em 13 de junho de 2020, em:
<https://www.4change.org/images/recursos/4pagers-sroi.pdf>
- Arvidson, Malin et al, (2012), Valuing the social? The nature and controversies of measuring social return on investment (SROI), The Policy Press 2013, ISSN 2040 8056, acessado em 10 de Maio de 2020, em:
https://www.researchgate.net/publication/272206655_Valuing_the_Social_The_Nature_and_Controversies_of_Measuring_Social_Return_on_Investment_SROI
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. 2016, Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020, acessado em 12 de junho de 2020, em:
https://www.adcoesao.pt/sites/default/files/avaliacao/pga_orientacoes_planeamento_preparacao.pdf
- Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) - [online, s. d.], acessado em 13 de setembro de 2020, em: <http://www.acapo.pt/>
- Associação Dignidade [online, s. d.], acessado em 5 de setembro de 2020, em:
<https://www.dignidade.org/>
- Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) - [online, s. d.], acessado em 13 de setembro de 2020, em: <https://www.adfa-portugal.com/>
- Associação Mutualista Montepio [online, s.d.], acessado em 2 de maio de 2020, em:
<https://www.montepio.org/>
- Associação Mutualista Montepio [online, 2017], Saiba como calcular o SROI da sua organização, acessado em 10 de maio de 2021, em:
<https://www.montepio.org/ei/economia-social/inovacao-social/calcular-sroi-impacto-social/>
- Associação Mutualista Montepio [online, 2019], Estatutos Montepio Geral – Associação Mutualista, acessado em 2 de maio de 2020, em:
https://www.montepio.org/wp-content/uploads/2018/03/ESTATUTOS_ASSOCIACAO_MUTUALISTA_MONTEPIO_NOV2020.pdf

- Bassi, A., & Vincenti, G. (2015). Toward a New Metrics for the Evaluation of the Social Added Value of Social Enterprises, Ciriec -Espanña, revista de Economía pública, social y cooperativa, acedido em junho de 2020 em: <https://ojs.uv.es/index.php/ciriecespana/article/view/13417/12275>
- Cabaço, Mariano, (2020), Misericórdias - identidade e missão, in Pitacas, José e Reto, Luís, A economia social numa visão plural, Centro de Estudos de Economia Pública e Social, acedido em 19 de novembro de 2020, em: https://www.montepio.org/wp-content/uploads/2018/03/A-Economia-Social-numa-visao-plural_CIRIEC-PT_2020.pdf
- Caeiro, Joaquim M. C., (2008) Economia Social: conceitos, fundamentos e tipologia, acedido em 10 de maio de 2020, em: https://base.socioeco.org/docs/pdf_1796_179613968006.pdf
- Cáritas [online, s. d.], acedido em 13 de setembro de 2020, em: <https://caritas.pt/>
- Coheur, Alain (2020). A economia social na agenda da União Europeia, Jornal de Negócios, acedido em 10 de novembro de 2020, em: [A economia social na agenda da União Europeia - Economia Social - Jornal de Negócios \(jornaldenegocios.pt\)](https://www.jornaldenegocios.pt/agenda-da-Uniao-Europeia-Economia-Social)
- Comissão Europeia (2007), Livro branco sobre o desporto, acedido em 4 de janeiro de 2021, em: https://www.aop.pt/upload/tb_content/320160419151552/357163146f180d/wHITEPAPERSHORTPT.PDF
- Comité Económico e Social Europeu (2007), A economia social na União Europeia, acedido em 17 em maio de 2020 em: <https://www.eesc.europa.eu/resources/docs/eesc-2007-11-pt.pdf>
- Comité Económico e Social Europeu, Evolução recente da economia social na União Europeia, 2017, acedido em 17 maio de 2020, em: <https://www.eesc.europa.eu/sites/default/files/files/ge-04-17-876-pt-n.pdf>
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) - [online, s.d.], acedido em 13 de setembro de 2020, em: <https://www.cases.pt/>
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social & Instituto Nacional de Estatística. (2019). Conta Satélite da Economia Social 2016, acedido em 15 maio de 2020, em: https://cases.pt/wp-content/uploads/2019/07/19ContaSatEconSocial_2016.pdf

- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social & Instituto Nacional de Estatística. (2020). Inquérito ao Sector da Economia Social. Acedido em 15 novembro de 2020 em: <https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2020/11/ISES.pdf>
- Cruz Vermelha Portuguesa [online, s. d.], acedido em 13 de setembro de 2020, em: <https://www.cruzvermelha.pt/>
- Comunidade Vida e Paz [online, s. d.], acedido em 5 de setembro de 2020, em: <https://www.cvidaepaz.pt/>
- Domingues, Marco, (2020), Inovação social e avaliação de impacto a partir da economia social e solidária, in Pitacas, José e Reto, Luís, A economia social numa visão plural, Centro de Estudos de Economia Pública e Social, acedido em 10 de novembro de 2020, em: https://www.montepio.org/wp-content/uploads/2018/03/A-Economia-Social-numa-visao-plural_CIRIEC-PT_2020.pdf
- Esteves, A.M., Franks, D. & Vanclay, F., 2012. Social impact assessment: the state of the art. Impact Assessment & Project Appraisal, retirado em junho de 2020 de, https://www.researchgate.net/publication/264860687_Social_Impact_Assessment_-_The_State_of_Art
- França-Filho, (2002) Terceiro Setor, Economia Solidária, Economia Social e Economia Popular: traçando fronteira conceituais, acedido em 10 de maio de 2020, em: <https://base.socioeco.org/docs/economiasolidria-fronteirasconceituais.pdf>
- Fundação Calouste Gulbenkian [online, s. d.], acedido em 10 de março de 2020, em: <https://gulbenkian.pt/fundacao/apresentacao/>
- Fundação Montepio [online, s. d.], acedido em 2 de junho de 2020, em: <https://www.montepio.org/institucional/fundacao-montepio/>
- Gaiger, Luiz I., (2009). Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. Revista Critica das Ciências Sociais, acedido em 10 de março de 2020, em https://base.socioeco.org/docs/rccs_84_luiz_inacio_gaiger.pdf
- Grupo Montepio, (2020) Relatório de Sustentabilidade 2018, [versão eletrónica] acedida em 10 de novembro de 2020, em https://www.montepio.org/wp-content/uploads/2018/03/Af_AMM_RSustentabilidade18_Fev20_compressed01.pdf
- Hehenberger, L., Harling, A.-M., & Scholten, P. (2015). A Practical Guide to Measuring and Managing Impact. European Venture Philanthropy Association, acedido em

2 de junho de 2020, em: <https://evpa.eu.com/uploads/publications/IM-Guide-English.pdf>

Hespanha, Pedro e Namorado, Rui, Os desafios da economia solidária. Revista Critica das Ciências Sociais. (2009), acessido em 10 de março de 2020, em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/33785/1/Os%20desafios%20da%20economia%20solid%C3%A1ria.pdf>

Instituto Nacional de Estatística (INE), [online, s. d.], acessido em 20 de novembro de 2020, em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrC od=0001122&contexto=bd&selTab=tab2

Liga Portuguesa Contra o Cancro [online, s. d.], acessido em 5 de setembro de 2020, em: <https://www.ligacontracancro.pt/>

Lavadinho, Francisco, 2016, A avaliação de impacto social nas organizações portuguesas de Economia Social e Solidária, Dissertação de Mestrado em Economia Social e Solidária, do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, acessido em 3 de maio de 2020, em: https://repositorio.iscteuiul.pt/bitstream/10071/12493/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20MESS_Francisco%20Oliveira%20Neves%20Lavadinho.pdf

Laville, Jean-Louis, (2009) A Economia solidária: Um movimento internacional. Revista Critica das Ciências Sociais, acessido em 10 de maio de 2020, em: https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf

Lei n.º 30/2013 de 8 de maio de 2013, dispõe sobre a Lei de Bases da Economia Social, [Online], acessida em 4 de maio de 2020 em: <https://dre.pt/application/conteudo/260892>

Maia, Lino (2020), Impactes económico e social das IPSS, in Pitacas, José e Reto, Luís, A economia social numa visão plural, Centro de Estudos de Economia Pública e Social, acessido em 10 de novembro de 2020, em: https://www.montepio.org/wp-content/uploads/2018/03/A-Economia-Social-numa-visao-plural_CIRIEC-PT_2020.pdf

Meirinhos, Manuel e Osório, António, (2010) O estudo de caso como estratégia de investigação em educação, EDUSER - Revista de Educação, Vol. 20(2), acessido em 2 de dezembro de 2020, em: <https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/24/27>

OBESP (2011), Conceito de Economia Social, acessido em 10 de abril de 2021, em: https://cases.pt/wpcontent/uploads/OBESP_Conceito_de_Economia_social_09_DEZ_2011.pdf

- Onyx, J. (2014). A Theoretical Model of Social Impact. *Cosmopolitan Civil Societies: An Interdisciplinary Journal*, 6(1). Acedido em 3 de maio de 2020, em: https://www.researchgate.net/publication/272731688_Social_Impact_a_Theoretical_Model
- Parente, Cristina; Quintão, Carlota (2014), Empreendedorismo social em Portugal, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, acedido em 20 de maio de 2020, em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12386.pdf>
- Parente, Cristina; Quintão, Carlota (2014), Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social, acedido em 25 de maio de 2020, em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/73385/2/88711.pdf>
- Pereirinha, José, (2003), Economia Social e Estado Providência, *Revista de Intervenção Social*, pág. 233 a 240, acedido em 2 de junho de 2020, em: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/viewFile/1082/1206>
- Pitacas, José e Reto, Luís, (2020). A economia numa visão plural, Centro de Estudos de Economia Pública e Social, acedido em 10 de novembro de 2020, em: https://www.montepio.org/wp-content/uploads/2018/03/A-Economia-Social-numa-visao-plural_CIRIEC-PT_2020.pdf
- Pitacas, José Alberto e Jorge de Sá, A Economia Social em Portugal, *Anuário de la Economía Social en Iberoamérica*, n.º 3 – 2018 (2019), Valência: OIBESCOOP e CIRIEC España, acedido em 20 de novembro de 2020, em: https://base.socioeco.org/docs/anuario_iberamericano_oibescoop_n3_2018.pdf
- Pitacas, José Alberto, A Economia Social e Solidária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Centro de estudos de economia pública e social, 2019, Portugal, acedido em 2 de dezembro de 2020, em: https://knowledgehub.unsse.org/wp-content/uploads/2019/07/257_Pitacas_A-ESS-e-os-ODS_Pt.pdf
- Prodanov, Cleber e Freitas, Ernani, *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnica da Pesquisa e do Trabalho Académico* (2013), Rio Grande do Sul, Universidade FEEVALE
- Portugal 2020, *Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020*, (2016), acedido em 20 de junho de 2020, retirado de https://www.portugal2020.pt/sites/default/files/orientacoes_para_o_planeamento_e_preparacao_das_avaliacoes_do_portugal_2020.pdf
- Quivy, Raymond, Campenhoudt, L.V.1992. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva.

- Rede Portuguesa de Economia Solidária (REDPES) [online, s. d.], acessido em 2 de maio de 2020, em: <https://www.redpes.pt/>
- Reis, Felipa, Lopes, 2018. *Investigação Científica e Trabalhos Académicos Guia Prático*. Lisboa. Sílabo
- Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de Fevereiro de 2009, sobre a economia social (2008/2250 (INI)), publicada em 2010 no Jornal Oficial da União Europeia [Online], acessido em 4 de maio de 2020, em: <https://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52009IP0062&from=PT>
- Salgado, J. V. V., & Mikail, M. P. T. C. (2007). Corrida de rua: análise do crescimento do número de provas e de praticantes. *Conexões*, 4(1), acessido em 20 de novembro, em: <https://doi.org/10.20396/conex.v4i1.8637965>
- Serva, M. (2013). O Estado e as ONGs: uma parceria complexa. *Revista de Administração Pública*, 31(6), 41–a, acessido em 3 de março de 2020, em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7810/6433>
- Silva, Carlos P., (2017), A Europa das mutualidades, *Jornal de Negócios*, acessido em 15 de novembro de 2020, em: <https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/colunistas/economia-social/detalhe/a-europa-das-mutualidades>
- United Nations Evaluation Group (UNEG), *Norms and Standards for Evaluation*, (2016), acessido em 7 de setembro de 2020, em: <https://madmimi.com/p/594bf9>
- UNRISD, 2018, *Social and Solidarity Economy for the Sustainable Development Goals*. Genebra: UNRISD, acessido em 10 de janeiro de 2021, em: [https://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFramePDF?ReadForm&parentunid=C271CADE934020E0C1258315004C7DDF&parentdoctype=book&netitpath=80256B3C005BCCF9/\(httpAuxPages\)/C271CADE934020E0C1258315004C7DDF/\\$file/Full-report---SSE-for-SDGs-in-Seoul-Report-Final.pdf](https://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFramePDF?ReadForm&parentunid=C271CADE934020E0C1258315004C7DDF&parentdoctype=book&netitpath=80256B3C005BCCF9/(httpAuxPages)/C271CADE934020E0C1258315004C7DDF/$file/Full-report---SSE-for-SDGs-in-Seoul-Report-Final.pdf)
- Vanclay, F. (2015), *Avaliação de Impactos Sociais: Guia para a avaliação e gestão dos impactos sociais dos projetos*, Associação Internacional de Avaliação de Impactos, acessido em 2 de fevereiro de 2020 em: http://www.apantropologia.org/apa/wp-content/uploads/2018/07/Guia-Impactos-Sociais_Vanclay-et-al_2015.pdf
- Vieira, Naldeir S., e Parente, Cristina e Barbosa, Allan C. Q., *Terceiro setor, economia social e economia solidária: laboratório por excelência de inovação social*, 2017, acessido em 10 de março de 2020, em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/108522/2/227661.pdf>

Weiss, C. H. (1998). Have We Learned Anything New About the Use of Evaluation? American Journal of Evaluation, 19(1), 21–33, acessado em 14 de junho de 2020, em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/109821409801900103>

W.K. Kellogg Foundation, (2004). Logic Model Development Guide, acessado em 20 de novembro de 2020, em: <https://www.aacu.org/sites/default/files/LogicModel.pdf>

Yin, R. (2005), Estudo de Caso, Planejamento e Métodos, Porto Alegre, Bookman, acessado em 2 de dezembro de 2020, em: <https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia-da-pesquisa-estudo-de-caso-yin.pdf>

Anexo 1 – As 26 tarefas que compõem a avaliação de impactos sociais

Fase 1: Compreender os problemas

1. Obter um bom entendimento do projeto proposto, incluindo todas as atividades complementares necessárias para apoiar o desenvolvimento e operação do projeto.
2. Esclarecer as responsabilidades e funções de todos os envolvidos em ou associados à AIS, incluindo relações com os outros estudos especializados que estiverem a ser realizados, e estabelecer quais as leis nacionais e/ou diretivas e normas internacionais que devem ser cumpridas.
3. Identificar a “área social de influência” preliminar do projeto, as comunidades potencialmente afetadas e beneficiárias (próximas e distantes) e as partes interessadas.
4. Obter um bom entendimento sobre as comunidades que poderão ser afetadas pelo projeto, elaborando um Perfil Comunitário que inclua: (a) uma análise minuciosa das partes interessadas; (b) uma discussão sobre o cenário sociopolítico; (c) uma avaliação das diferentes necessidades, interesses, valores e ambições dos vários subgrupos das comunidades afetadas, incluindo uma análise de género; (d) uma avaliação do seu histórico de impactos, ou seja, a sua experiência com projetos anteriores e outros eventos históricos; (e) uma discussão das tendências que estão em curso nessas comunidades; (f) uma discussão sobre os ativos, os pontos fortes e os pontos fracos das comunidades; e (g) opcionalmente, os resultados de um inquérito de opinião. Esta tarefa é geralmente denominada de descrição do perfil.
5. Informar plenamente os membros da comunidade sobre: (a) o projeto; (b) projetos semelhantes noutros locais para lhes dar uma ideia de como podem ser afetados; (c) como podem ser envolvidos na AIS; (d) os seus direitos processuais no âmbito regulamentar e de desempenho social do projeto; e (e) o acesso aos mecanismos de reclamação e de feedback.
6. Conceber processos participativos inclusivos e espaços deliberativos para ajudar os membros da comunidade: (a) a entender como serão afetados; (b) a determinar a aceitabilidade dos impactos prováveis e benefícios propostos; (c) a tomar decisões informadas sobre o projeto; (d) a facilitar a visão da comunidade sobre os futuros desejados; (e) a contribuir para os planos de mitigação e de monitorização; e (f) a prepararem-se para a mudança.
7. Identificar as questões sociais e de direitos humanos que têm potencial para ser motivo de preocupação (por exemplo, na delimitação do âmbito).
8. Recolher dados de referência para as principais questões sociais.

Fase 2: Prever, analisar e avaliar as possíveis vias de impacto

9. Através da análise, determinar as alterações sociais e impactos que provavelmente decorrerão do projeto e suas várias alternativas.

10. Considerar cuidadosamente os impactos indiretos (ou de segunda ordem e superior).
11. Considerar como o projeto contribuirá para os impactos cumulativos que estão a ser experienciados pelas comunidades anfitriãs.
12. Determinar como os vários grupos e comunidades afetadas provavelmente responderão.
13. Estabelecer a significância das mudanças previstas (ou seja, priorizá-las).
14. Contribuir ativamente para a conceção e avaliação das alternativas ao projeto, incluindo a opção de não implementação e outras.

Fase 3: Desenvolver e implementar estratégias

15. Identificar formas de abordar os potenciais impactos negativos (usando a hierarquia de mitigação).
16. Desenvolver e implementar formas de melhorar os benefícios e as oportunidades relacionadas com o projeto.
17. Desenvolver estratégias para ajudar as comunidades a lidar com a mudança.
18. Desenvolver e implementar mecanismos adequados de feedback e reclamação.
19. Facilitar um processo de acordo entre as comunidades e o promotor, conducente à elaboração de um Acordo de Impactos e Benefícios (AIB).
20. Ajudar o proponente a facilitar as contribuições das partes interessadas e a elaborar um Plano de Gestão dos Impactos Sociais (PGIS) que implemente os benefícios, medidas de mitigação, acordos de monitorização e acordos de governação estabelecidos no AIB, bem como planos para lidar com quaisquer problemas imprevistos, à medida que venham a surgir.
21. Concretizar processos para permitir que proponentes, autoridades governamentais e partes interessadas da sociedade civil implementem os acordos estabelecidos no PGIS e no AIB, e desenvolvam e integrem os seus próprios planos de ação de gestão nas suas organizações, estabeleçam os respetivos papéis e responsabilidades durante a implementação daqueles planos de ação e mantenham um papel contínuo na monitorização.
22. Ajudar o proponente a desenvolver e implementar planos de desempenho social contínuos que abordem as obrigações do contratante estabelecidos no PGIS.

Fase 4: Criar e implementar programas de monitorização

23. Desenvolver indicadores para monitorizar a mudança ao longo do tempo.
24. Desenvolver um plano de monitorização participativo.
25. Considerar como a gestão adaptativa será implementada e considerar a implementação de um sistema de gestão social.
26. Realizar avaliações e revisões periódicas (auditoria).

Anexo 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável vs Objetivos Estratégicos do Grupo Montepio

Eixos	Objetivos Estratégicos Grupo Montepio	ODS
Eixo A – Afirmção da Identidade	1. Promover o crescimento da AMM como uma das maiores mutualidades da Europa	10, 12, 16 e 17
	2. Consolidar o Grupo Montepio como a maior organização da economia social em Portugal	1, 2, 3, 4, 8, 11 e 17
	3. Afirmar o Banco Montepio como estrutura da banca ética	1, 5, 7, 8, 9 e 12
	4. Distinguir o Grupo Montepio pela integração da sustentabilidade na relação com stakeholders	8, 12 e 16
Eixo B – Focalização nas Pessoas	5. Aprofundar a gestão de recursos humanos	5, 8, 10, 12 e 15
	6. Reforçar a relação com os associados	3, 4, 10, 11 e 12
	7. Reforçar a relação com os clientes	10 e 12
Eixo C – Cooperação	8. Reforçar as relações e a rentabilização de recursos internos	10, 12, 16 e 17
	9. Desenvolver uma cartografia da solidariedade	
	10. Alargar a capilaridade e focalização da intervenção	
	11. Fortalecer as redes de parceria internas e externas	8 e 12
Eixo D – Promoção Ambiental	12. Reduzir a pegada ecológica	7, 12 e 13
	13. Promover boas práticas ambientais	
	14. Incluir a dimensão ambiental na análise de risco	8, 12 e 13

Anexo 3 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável vs Objetivos Estratégicos do Grupo Montepio

ODS		Objetivos Estratégicos Grupo Montepio
1	Erradicar a pobreza	2 e 3
2	Erradicar a fome	2
3	Saúde de qualidade	2 e 6
4	Educação de qualidade	2 e 6
5	Igualdade de género	3 e 5
6	Água potável e saneamento	–
7	Energias renováveis e acessíveis	3, 12 e 13
8	Trabalho digno e crescimento económico	2, 3, 4, 5, 11 e 14
9	Indústria, inovação e infraestruturas	3
10	Reduzir desigualdades	1, 5, 6, 7, 8, 9 e 10
11	Cidades e comunidades sustentáveis	2 e 6
12	Produção e consumo sustentáveis	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14
13	Ação climática	12, 13 e 14
14	Proteger a vida marinha	5
15	Proteger a vida terrestre	5
16	Paz, justiça e Instituições eficazes	1, 4, 8, 9 e 10
17	Parcerias para a implementação dos objetivos	1, 2, 8, 9 e 10

Anexo 4 - Questões A.M.M.

1. Como é que os projetos são dados a conhecer à A.M.M.?
2. Qual é o critério de seleção dos projetos utilizado pela A.M.M. para a Corrida Montepio?
3. Quais foram as mais valias identificadas pela A.M.M. junto dos projetos apresentado pelas Instituições, que levaram à sua seleção?
4. Como é que a A.M.M. define Impacto Social?
5. Para A.M.M. é crucial que os projetos apresentem impacto social cujo resultado seja mensurável?
6. Considerando o projeto apresentado e o valor entregue a A.M.M. conseguiu identificar a mensuração do impacto social?
7. A A.M.M. acompanha a execução do projeto após a entrega do donativo?
8. A A.M.M. considera o projeto da Corrida Montepio relevante para a Economia Social?

Anexo 5 - Questões Instituições

1. Quais foram as respostas sociais da Instituição que beneficiaram deste projeto?
2. Como é que a Instituição identificou as necessidades da comunidade?
3. Quais foram/são os principais beneficiários do projeto?
4. Quais foram os principais *stakeholders* do projeto?
5. O projeto já existia antes do donativo proporcionado pela Corrida Montepio?
6. O projeto foi desenvolvido apenas com o donativo proveniente da Corrida Montepio?
7. Quais os resultados imediatos a alcançar?
8. Os resultados atingidos corresponderam ao que foi projetado?
9. Que impulso a Corrida Solidária veio dar à escala da intervenção da Instituição?
10. Quais as principais mudanças produzidas no bem-estar dos “clientes” da Instituição graças ao projeto?

11. O impacto no bem-estar dos “clientes” produzido pelo projeto foi limitado ou impulsionado por fatores externos ou internos? Quais?